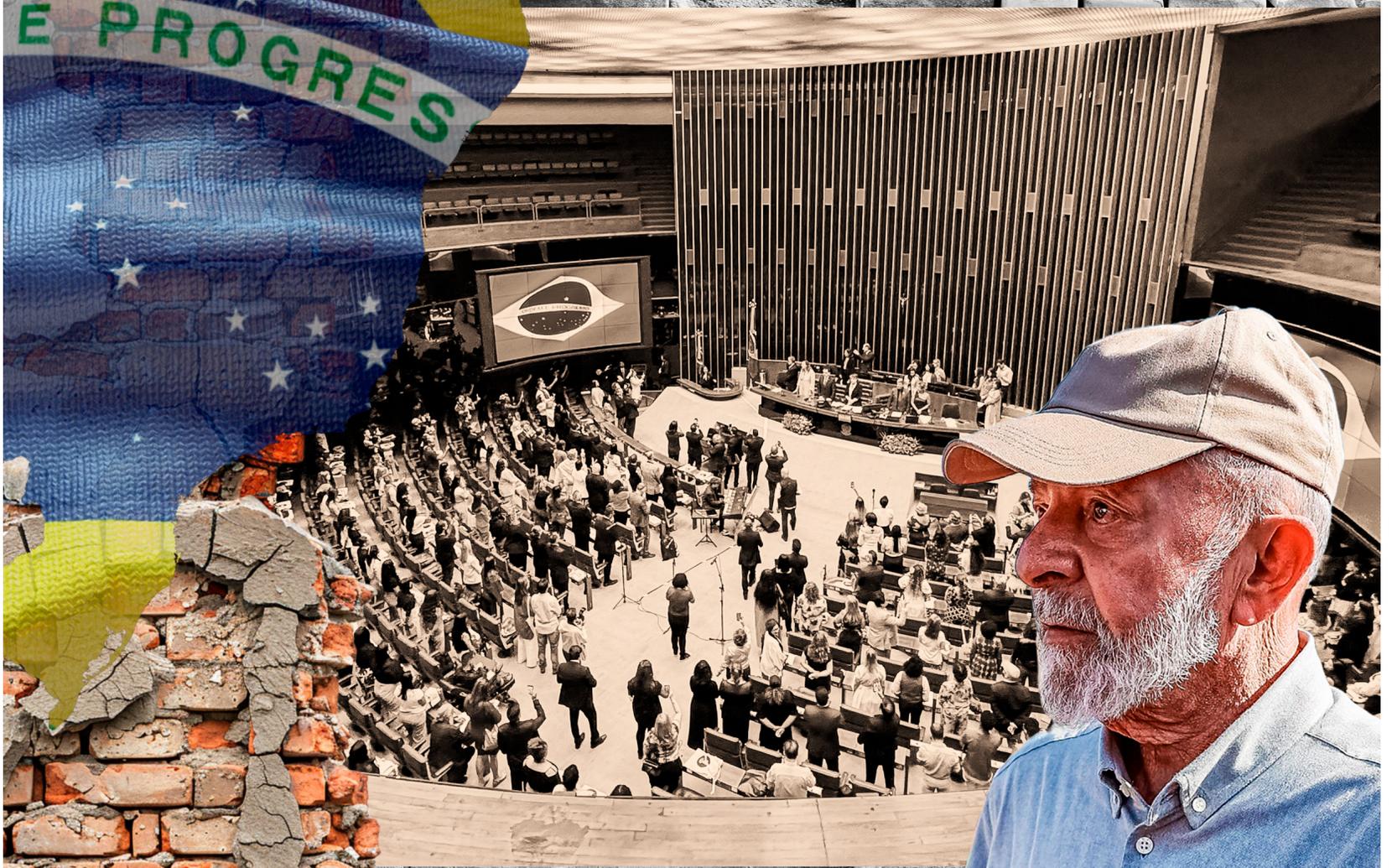




PT na Câmara
Dezembro/2024

BANCADA DO PT NA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL



Expediente

LÍDER -

Odair Cunha (MG)

VICE-LÍDERES

Alexandre Lindenmeyer (RS)
Arlindo Chinaglia (SP)
Camila Jara (MS)
Carlos Veras (PE)
Carol Dartora (PR)
Erika Kokay (DF)
Fernando Mineiro (RN)
Helder Salomão (ES)
Jack Rocha (ES)
João Daniel (SE)
Jorge Solla (BA)
Merlong Solano (PI)
Miguel Ângelo (MG)
Nilto Tatto (SP)
Patrus Ananias (MG)
Pedro Uczai (SC)
Rubens Otoni (GO)
Washington Quaquá (RJ)

Jorge Solla (BA)
José Guimarães (CE)
Joseildo Ramos (BA)
Lindbergh Farias (RJ)
Maria do Rosário (RS)
Merlong Solano (PI)
Miguel Ângelo (MG)
Nilto Tatto (SP)
Odair Cunha (MG)
Patrus Ananias (MG)
Pedro Uczai (SC)
Rubens Otoni (GO)
Rui Falcão (SP)
Washington Quaquá (RJ)

COORDENAÇÃO DE GABINETE

Marcus Braga

COORDENAÇÃO DA LIDERANÇA DO PT

Bruno Gaspar Garcia, Marcus Braga,
Misiara Oliveira, Sebastião Milanez de Paula,
Simone Fagundes e Sônia Brasil

EXECUTIVA DA BANCADA

Líder Odair Cunha (MG)
Alencar Santana (SP)
Ana Paula Lima (SC)
Ana Pimentel (MG)
Arlindo Chinaglia (SP)
Bohn Gass (RS)
Carlos Veras (PE)
Carlos Zarattini (SP)
Gleisi Hoffmann (PR)
Helder Salomão (ES)
Jack Rocha (ES)
Jilmar Tatto (SP)
José Guimarães (CE)
Lindbergh Farias (RJ)
Merlong Solano (PI)
Pedro Uczai (SC)
Rui Falcão (SP)

COORDENAÇÃO DA BANCADA

Alencar Santana (SP)
Alexandre Lindenmeyer (RS)
Ana Paula Lima (SC)
Ana Pimentel (MG)
Arlindo Chinaglia (SP)
Camila Jara (MS)
Carlos Veras (PE)
Carlos Zarattini (SP)
Carol Dartora (PR)
Dilvanda Faro (PA)
Dr. Francisco (PI)
Érika Kokay (DF)
Fernando Mineiro (RN)
Gleisi Hoffmann (PR)
Helder Salomão (ES)
Jack Rocha (ES)
Jilmar Tatto (SP)
João Daniel (SE)

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Misiara Oliveira

ASSESSOR DE IMPRENSA DA BANCADA

Paulo Paiva

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Misiara Oliveira, Carlos Leite, Paulo Paiva Nogueira, Vânia Rodrigues, Lorena Vale, Marcelo Didonet e Héber Carvalho

PRODUÇÃO E PESQUISA

Assessorias de Comunicação dos Mandatos, Assessoria Técnica da Liderança do PT/ coordenação Bruno Gaspar Garcia

EDIÇÃO

Carlos Leite e Vânia Rodrigues

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Claudia Barreiros

DIAGRAMAÇÃO

Ronaldo Martins

FOTOS

Gabriel Paiva, Gustavo Bezerra, Thiago Coelho, Ricardo Stuckert, Banco de Imagens da Agência Câmara, do Ministério da Fazenda, Agência Brasil e Mandatos parlamentares.

Bancada do PT (2023 - 2027)

Odair Cunha (MG) – Líder do PT

Afonso Florence (BA) –Licenciado
Airton Faleiro (PA)
Alencar Santana (SP)
Alexandre Lindenmeyer (RS)
Alexandre Padilha (SP) – Licenciado
Alfredinho (SP)
Ana Paula Lima (SC)
Ana Pimentel (MG)
Arlindo Chinaglia (SP)
Benedita da Silva (RJ)
Bohn Gass (RS)
Camila Jara (MS)
Carlos Veras (PE)
Carlos Zarattini (SP)
Carol Dartora (PR)
Dandara (MG)
Delegada Adriana Accorsi (GO)
Denise Pessôa (RS)
Dilvanda Faro (PA)
Dimas Gadelha (RJ)
Dr. Francisco (PI)
Elton Welter (PR)
Erika Kokay (DF)
Fernando Mineiro (RN)
Flávio Nogueira (PI)
Florentino Neto (PI)
Gleisi Hoffmann (PR)
Helder Salomão (ES)
Ivoneide Caetano (BA)
Jack Rocha (ES)
Jilmar Tatto (SP)
João Daniel (SE)
Jorge Solla (BA)
José Airton (CE)
José Guimarães (CE)
Joseildo Ramos (BA)
Josias Gomes (BA)
Juliana Cardoso (SP)
Kiko Celeguim (SP)

Leonardo Monteiro (MG)
Lindbergh Farias (RJ)
Luiz Couto (PB)
Luiz Marinho (SP) - Licenciado
Luizianne Lins (CE)
Marcon (RS)
Maria do Rosário (RS)
Merlong Solano (PI)
Miguel Ângelo (MG)
Natália Bonavides (RN)
Nilto Tatto (SP)
Padre João (MG)
Patrus Ananias (MG)
Paulão (AL)
Paulo Guedes (MG)
Paulo Pimenta (RS) – Licenciado
Paulo Teixeira (SP) – Licenciado
Pedro Uczai (SC)
Reginaldo Lopes (MG)
Reginete Bispo (RS)
Reimont (RJ)
Rogério Correia (MG)
Rubens Otoni (GO)
Rubens Pereira Jr (MA)
Rui Falcão (SP)
Tadeu Veneri (PR)
Valmir Assunção (BA)
Vander Loubet (MS)
Vicentinho (SP)
Waldenor Pereira (BA)
Washington Quaquá (RJ)
Zé Neto (BA)
Zeca Dirceu (PR)

* Carla Ayres (SC) – Suplente
* Elisangela Araújo (BA) – Suplente
* Pedro Tourinho (SP) – Suplente
(*suplentes por 4 meses neste ano.)



Bancada do PT: firme na defesa de um Brasil mais justo, forte e desenvolvido

Odair Cunha (*)

Ao longo de 2024, a Bancada do PT na Câmara exerceu um papel estratégico na aprovação de matérias que deram suporte ao Governo do Presidente Lula. Com unidade e atuação firme, junto com outros partidos da base do Governo, ajudamos a consolidar o processo de reconstrução nacional iniciado no ano passado.

Os 68 deputados e deputadas apresentaram 351 propostas legislativas, conseguindo a aprovação de 17 projetos. No conjunto das matérias aprovadas, incluindo a regulamentação de algumas chanceladas no ano anterior, como a Reforma Tributária, avançamos enormemente nas áreas econômica, social e tributária.

Neste ano, alguns projetos tiveram destaque. Um deles cria a Política Nacional de Cuidados, com o objetivo de garantir o direito ao cuidado, tanto para quem o recebe quanto para quem cuida. O texto aprovado é um substitutivo da relatora, deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)**, ampliando a proteção a crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência que necessitem de assistência.

Avançamos com o projeto de lei que regulamenta o mercado de carbono no Brasil e com o PL 3027/24, do deputado **José Guimarães (PT-CE)**, que estabelece regras para o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono.

Igualmente importante a aprovação do Proje-

to de Lei 1958/21, do Senado, que reserva às pessoas pretas e pardas, aos indígenas e aos quilombolas 30% das vagas em concursos públicos federais. Relatado pela deputada **Carol Dartora (PT-PR)**, o projeto é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). O projeto, que voltou ao Senado, pretende substituir a Lei de Cotas no Serviço Público, que perdeu a vigência em junho deste ano. A lei previa a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para negros.

Sustentação ao Governo Lula

O PT é o maior partido de sustentação do Governo Lula, e, ao longo do ano, exerceu contribuição decisiva em todos os espaços na Câmara dos Deputados, sempre em sintonia com movimentos populares, sindicais e sociais, assim como com atores econômicos e empresariais, em um esforço permanente para fazer o País avançar rumo a uma sociedade mais justa e solidária.

Os avanços no campo legislativo caminham paralelamente às inúmeras conquistas do governo no período. Crescimento econômico anual da ordem de 3%, geração recorde de empregos com carteira assinada. Foram mais de 3,2 milhões de empregos criados: a taxa de desemprego é a menor em 10 anos.

A inflação ficou sob controle, tivemos a retomada de programas sociais, a reinserção do país no cenário internacional – quase 300 novos mercados externos foram abertos para produtos do agronegócio e foco na transição energética com preocupações efetivas com as mudanças climáticas e combate ao desmatamento e aos problemas ambientais. O finan-

ciamento à agricultura é recorde, assim como as cifras do comércio exterior.

O salário mínimo passou a ter aumento real, acima da inflação, uma marca dos governos do PT. Essa política foi descontinuada em 2019 na gestão do governo anterior.

Com a contribuição da Bancada do PT, aprovamos projeto que isentou de Imposto de Renda quem ganha até dois salários mínimos. O avanço decorre da aprovação do projeto de lei (PL 81/24), também de autoria do líder do governo na Câmara, o qual incorporou o texto da medida provisória (MP 1206/24) sobre o mesmo tema editada pelo Presidente Lula.

É de se destacar também que 24 milhões de pessoas ficaram livres do flagelo da fome. O SUS foi reforçado, o Farmácia Popular voltou, com novos remédios gratuitamente, o Mais Médicos dobrou o número de profissionais. As estradas, totalmente esburacadas no governo anterior, passaram a ser recuperadas.

Ampliamos os recursos para as universidades e estamos abrindo 100 novos Institutos Federais. Os pobres agora estão no orçamento.

É na defesa desse projeto transformador, de resgate do Brasil, que atuamos na Câmara. Lutamos para superar o negacionismo e o golpismo das forças reacionárias de extrema direita. Nossa atuação foi com base no interesse coletivo acima de tudo, com atitudes colaborativas e harmônicas, de respeito às instituições. E é essa a marca do governo do PT. No lugar de um governo negacionista, elitista e autoritário, como era o anterior, temos hoje um governo transparente, que dialoga com as necessidades do povo brasileiro.

A conduta republicana atual ficou evidente nas gigantescas ações do Governo Federal para a reconstrução do Rio Grande do Sul depois da catástrofe socioambiental. Com sensibilidade, sem negacionismo, como ocorreu no governo passado, diante da tragédia da pandemia, atuamos em socorro ao povo gaúcho.

Conquistas civilizatórias

Em quase dois anos de Governo Lula, nossa bancada se posicionou sempre em defesa da democracia, uma conquista civilizatória de toda a sociedade brasileira que é alvo de constantes ataques dos saudosos dos tempos sombrios da ditadura militar.

Por isso, é preciso acompanhar com atenção o desdobramento das ações dos órgãos de investigação

contra todos aqueles que planejaram e ousaram colocar em curso um golpe de Estado, atentando contra a democracia e, portanto, contra o povo brasileiro, incluindo um macabro plano de assassinato de altas autoridades da República. A investigação demonstra o vigor da democracia e do funcionamento pleno das instituições no País.

Com os constantes ataques à democracia, defendi, junto com a presidenta nacional do PT, **Gleisi Hoffmann (PR)**, o arquivamento do projeto de lei 2.858/22, que prevê anistia aos condenados pela tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 e aos demais envolvidos na trama conspiratória. Nos organizamos contra o PL da Anistia por entender que a aprovação de uma matéria dessa natureza significa o incentivo a novas tentativas de atos golpistas.

Não à anistia foi o nosso lema neste ano que se encerra. A perspectiva de perdão ou impunidade dos envolvidos estimula indivíduos ou grupos extremistas de direita a agir contra a democracia.

O balanço de 2024 no âmbito da Bancada do PT é extremamente positivo, conforme pode-se ver nesta publicação. Em 2025, seguiremos na trilha para a estruturação de um país desenvolvido, mais justo e solidário. Juntos com o Presidente Lula, que demonstra estar mais otimista do que nunca e segue na perspectiva de construir um país que cresça para todas as famílias brasileiras, sem abrir mão da responsabilidade fiscal.

Um feliz Ano Novo!

Brasília, dezembro de 2024

(*) Deputado federal por Minas Gerais e líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados

“A bancada sempre se posicionou em defesa da democracia, que é alvo de constantes ataques dos saudosos do tempo da ditadura.”





Bancada do PT na luta em defesa da democracia e contra os golpistas. Sem anistia!

Após as eleições de 2022, que resultaram na vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil enfrentou uma série de ameaças à democracia, impulsionadas por manifestantes bolsonaristas e incentivadas por líderes de extrema direita, como o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O País testemunhou episódios de terrorismo e tentativas de Golpe de Estado, incluindo a depredação do prédio da Polícia Federal em Brasília logo após as eleições, acampamentos antidemocráticos em frente aos quartéis do Exército, além da tentativa de um militante bolsonarista de explodir um caminhão de combustível no aeroporto da capital federal. Os golpistas nunca aceitaram o resultado legítimo das urnas.

Assassinato de autoridades

Após Lula tomar posse, no dia 8 de janeiro, as sedes dos Três Poderes em Brasília foram invadidas e depredadas. Além disso, em novembro de 2024, houve um atentado a bomba contra o Supremo Tribunal Federal. E, para consolidar a trama antidemocrática, a Polícia Federal comprovou a tentativa dos golpistas de assassinar o Presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do STF. O inquérito da PF já se encontra na Procuradoria-Geral da República (PGR).

Investigações

A PF indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro, seu ex-ministro Braga Netto e outras 35 pessoas — entre políticos e militares — por tentativa de Golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa.

CPMI do Golpe

Em 2023, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos terroristas do dia 8 de janeiro. A CPMI resultou no indiciamento de 61 pessoas por crimes que incluem associação criminosa, violência política, atentado contra o Estado Democrático de Direito e tentativa de Golpe de Estado. Entre eles, o conspirador-mor, o ex-capitão Jair Bolsonaro.

O deputado **Lindbergh Farias (PT-RJ)** enfatiza que Jair Bolsonaro está por trás de todas as tentativas de Golpe e na tentativa de assassinato de Lula, Alckmin e Moraes. “Acho que a gente não pode dar de barato o que está acontecendo, sem irmos para a ofensiva política”, afirmou.

O deputado **Rogério Correia (PT-MG)**, integrante da CPMI do Golpe, defende que a Procuradoria-Geral da República e a PF agilizem os inquéritos e denúncias contra os mandantes da empreitada

golpista. “Com a vitória de Trump – eleito presidente dos Estados Unidos da América – e a impunidade de Bolsonaro, a ultradireita fascista vai se soltar”.

“A tentativa de subverter o resultado das eleições, silenciar lideranças e ameaçar nossas instituições representa um ataque direto à democracia e ao povo brasileiro. Não podemos dar espaço para o autoritarismo no Brasil, nem para o extremismo.

Quem tentou calar a democracia deve responder pelos seus atos”, afirma o deputado **Carlos Veras (PT-PE)**, que também integrou a CPMI do Golpe.

PL da Anistia

Parlamentares bolsonaristas apresentaram projeto de Lei (PL 2.858/2022) que concede anistia a todos os terroristas que tenham participado de manifestações em qualquer lugar do Brasil do dia 30 de outubro de 2022 até o dia de entrada em vigor da lei, caso seja aprovada.

A presidenta nacional do PT, deputada **Gleisi Hoffmann (PR)**, e o líder do partido na Câmara dos Deputados, **Odair Cunha (MG)**, apresentaram requerimento ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), para que seja arquivado o PL. Gleisi e Odair argumentam que manter a tramitação do projeto, apoiado por parlamentares de extrema direita, “é de todo inoportuno e inconveniente para o

processo democrático e a paz nacional”.

Para o deputado **Rubens Pereira Jr. (PT-MA)**, coordenador do PT na CPMI do Golpe, o projeto, além de combater o devido processo legal que hoje tramita no STF, serve de estímulo para novos atos golpistas. “Esse discurso de anistia está incentivando atos golpistas, terroristas, que atentam contra a democracia, por parte de outras pessoas inconsequentes e terroristas. Por isso, nós não podemos concordar nem mesmo com a tramitação desse projeto”, afirma.

“Esse projeto é inaceitável, pois coloca em risco a nossa democracia e pode estimular novos atos extremistas. É nosso dever garantir que os responsáveis por esses crimes sejam responsabilizados e que a justiça prevaleça”, diz a deputada **Delegada Adriana Accorsi (PT-GO)**.

Petição Pública

O PT tem liderado uma campanha pelo arquivamento do PL da Anistia. O partido e outras siglas de esquerda têm convocado a sociedade brasileira a assinar petição para o arquivamento do projeto.

O abaixo-assinado online está sendo divulgado em todas as redes sociais petistas, dos movimentos sociais e outros partidos progressistas. “Não se trata apenas de um ato simbólico, mas de uma ação crucial para preservar os alicerces institucionais do nosso país”, afirma a petição.

Homenagem à família Rubens Paiva



O líder petista **Odair Cunha (MG)** indicou o escritor Marcelo Rubens Paiva, autor do livro “Ainda estou aqui”, para receber a Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados. A honraria é concedida a personalidades e entidades que tenham prestado serviços relevantes ao Legislativo ou ao Brasil. O livro se transformou em filme homônimo e

mostra o drama familiar do escritor, com o desaparecimento e morte de seu pai, o ex-deputado Rubens Paiva, em 1971, nos porões da ditadura militar.

Odair frisou a importância da produção intelectual de Marcelo Rubens Paiva para a preservação da memória e da história política do Brasil.

“O conjunto de sua obra, além de guardar grande relevância no cenário da cultura nacional, contribui para que o público conheça e não esqueça o que o arbítrio e o autoritarismo na política são capazes de provocar”, justificou o deputado.

Mérito Legislativo

Já a deputada **Maria do Rosário (PT-RS)** indicou Eunice Paiva, mulher de Rubens Paiva, para receber a Medalha Mérito Legislativo (in memoriam). Para a parlamentar, a história de Eunice carrega um simbolismo profundo para o Brasil e para a Câmara dos Deputados. “Sua luta reflete a força de milhares de famílias brasileiras que enfrentaram a dor de ter seus entes queridos assassinados.

Resgatar essa história que reaviva a luta por memória, verdade e justiça, é extremamente oportuno”, afirma.



Ajuste fiscal: mais inclusão e menos privilégios

O Governo Lula tem um modelo de desenvolvimento que combina crescimento econômico com inclusão social – uma estratégia adotada pelo governo desde a implementação do arcabouço fiscal, em 2023. Para fortalecer essa administração responsável, marca da gestão petista, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um pacote de medidas estruturais que devem gerar uma economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos. Foi apresentada também uma reforma no Imposto de Renda para viabilizar o aumento da faixa de isenção, a partir de 2026, para quem ganha até R\$ 5 mil. Promessa de campanha do Presidente Lula, agora se torna realidade.

Todas as propostas ainda precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional. E o líder do Governo na Câmara, deputado **José Guimarães (PT-CE)**, já informou que todo o esforço agora é para votar as medidas até o final deste ano legislativo. “É assim que se governa, com responsabilidade e olhando para todo o povo brasileiro, olhando para o de baixo, o do meio e o de cima, porque é disso que o Brasil precisa. É essa reconstrução que estamos fazendo. E vamos votar, até o final do ano, essas medidas aqui na Câmara dos Deputados”, assegura.

O líder do PT na Câmara, **Odair Cunha (MG)**, elogiou as medidas do Governo Lula. O parlamentar destaca o anúncio de isenção de Imposto de Renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil mensais. “É mais um compromisso do Governo do Presidente Lula que se torna realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais digna e um sistema

tributário mais justo, onde quem ganha menos paga menos”, afirma.

Para Odair Cunha, as medidas vão reduzir a tributação sobre as pessoas que ganham menos, fazendo justiça tributária e produzindo justiça social. “É por isso que o Presidente Lula enviou aqui para o Congresso essa Emenda Constitucional e um projeto de lei complementar que contêm o crescimento da despesa pública, passo que garante mais renda no bolso do povo trabalhador”, conclui.

Justiça social

Na avaliação da presidenta do PT, deputada **Gleisi Hoffmann (PR)**, com o pacote Lula garante responsabilidade fiscal e corrige injustiças sociais.

Ela rebate críticas do mercado financeiro e de parte da mídia, principalmente sobre a isenção do IR de quem ganha até R\$ 5 mil por mês e cobrar de quem ganha mais de R\$ 50 mil e não paga nada, com exceção dos servidores públicos que já descontam em folha. “Este é o centro do ataque ensaiado contra Lula e as medidas de contenção de despesas anunciadas. Como os leões do mercado, que sempre querem mais carne, a mídia acha pouco reduzir R\$ 70 bi em despesas. O plano anunciado não é ‘tímido’ nem ‘insuficiente’”, afirma a deputada.

Gleisi admite que o pacote é “frustrante”, sim, mas não para o País, só para quem apostou na especulação e vai continuar apostando para que o governo se curve às pressões de quem faz fortunas sem pagar impostos. “Foi para mudar essa realidade que Lula foi eleito. E está honrando os compromissos assumidos e as expectativas realistas que despertou”, finaliza.



José Guimarães, líder do Governo, destaca trabalho de diálogo e reconstrução pelo Brasil

O Governo Lula tem um projeto nacional de desenvolvimento sustentável muito claro, com resultados positivos incontestáveis.

A Liderança do Governo na Câmara encerra o ano de 2024 com extensa pauta de proposições votadas. A prioridade foi para a agenda econômica, iniciada ainda em 2023, quando os partidos aprovaram o Regime Fiscal Sustentável, a Reforma Tributária e outros projetos estruturantes de organização e modernização do sistema de finanças públicas.

O líder do governo, **José Guimarães (PT-CE)**, destaca a articulação política para o trabalho legislativo, em que predominou o diálogo com as forças políticas que têm compromisso com a democracia e com a reconstrução do País. “A aliança formada nos marcos do presidencialismo de coalizão conseguiu proporcionar a estabilidade necessária para aprovação de todas as proposições de interesse do governo e a consolidação da base de apoio”, afirma o parlamentar.

Apesar de ser ano eleitoral, foram aprovadas até o início de novembro, 122 matérias de interesse do governo; 9 medidas provisórias; 82 projetos de lei; 11 projetos de lei complementar; e 20 projetos de referendo de acordos internacionais.

Justiça social

Guimarães destaca que o Governo Lula tem um projeto nacional de desenvolvimento sustentável muito claro, com resultados positivos incontestáveis, lastreado nos compromissos de defesa da democracia, de promoção da justiça social e ambiental, e de liderança da transição energética. “Quando os partidos da base se reúnem para debater a pauta de votação a aprovação das matérias se torna mais fácil”, avalia.

Conforme o líder Guimarães, a retomada do

crescimento da economia, do emprego e da renda, mais o controle da inflação, conquistados com os investimentos e a competente gestão, tem sido a âncora do diálogo e das negociações para fazer avançar o projeto do Governo Lula.

“As contribuições das lideranças da base, de ministras e ministros, com suas respectivas assessorias também têm sido valiosas para aprovação das matérias”, atesta o líder do governo.

Medidas provisórias

Das 9 medidas provisórias aprovadas, 7 foram de abertura de crédito extraordinário. A MP 1202/2023, tratava de três temas: reoneração da folha, contribuição previdenciária dos municípios e compensação de créditos judiciais. Por acordo, ficou no texto apenas o conteúdo da compensação de créditos.

Projetos

Dos 14 projetos aprovados, destacam-se pela relevância os que tratam: da regulamentação da Reforma Tributária; do Pronaf, que permitiu adicionar R\$ 500 milhões ao Fundo Garantidor de Operações; da Mobilidade Verde e Inovação (Mover); do combate à violência nas escolas; da atualização do ensino médio; da suspensão de dívidas de estados e municípios atingidos por calamidade pública; de 12 projetos de lei em apoio ao Rio Grande do Sul; do marco legal para a indústria de jogos eletrônicos; da Política Nacional da Transição Energética (Ponte); da prorrogação do atual Plano Nacional de Educação (PNE); do incentivo da produção de combustíveis verdes; da tipificação penal para fotos íntimas não consentidas; do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até dois salários mínimos; e da instituição do Programa Acredita.



Bancada do PT tem papel decisivo na aprovação da regulamentação da Reforma Tributária

O deputado **Reginaldo Lopes (PT-MG)** atuou em 2024 em pautas fundamentais para o País e a vida das pessoas. Foi o ano em que a Câmara dos Deputados concluiu a regulamentação da Reforma Tributária. Depois de coordenar o Grupo de Trabalho que aprovou a Proposta de Emenda Constitucional sobre o tema, neste ano coube a Reginaldo a tarefa de ser o relator do PLP 68/2024, enviado pelo governo federal com o parecer para regulamentar o novo sistema tributário. O texto foi aprovado e seguiu para apreciação do Senado Federal.

“Com a aprovação da regulamentação, concluiu-se mais uma etapa na realização do sonho perseguido por tantas gerações de parlamentares e do anseio do povo brasileiro de construir uma ampla e moderna mudança no sistema de tributação do consumo, que agora está a um passo de ser alcançada”, observa Reginaldo.

Cashback do Povo

O Brasil deixa de ter o pior sistema tributário do mundo para criar o mais moderno, tecnológico e progressivo, aproveitando as boas experiências de outros países. “Nosso sistema vai combinar políticas voltadas aos mais pobres, mas também melhorar a vida

da classe média e aumentar a produtividade em todos os segmentos. Adotamos o modelo que considero o mais justo, que ficou conhecido como Cashback do Povo. Nele, 73 milhões de brasileiros com renda mensal de até meio salário mínimo não pagarão impostos sobre produtos essenciais”, diz o deputado.

Reginaldo considera que a história do Brasil vai se dividir entre o antes e o depois da Reforma Tributária. “Inauguraremos uma fase de desenvolvimento acelerado, que vai gerar um aumento de 20% além do crescimento natural do PIB. Isso significa R\$ 2 trilhões incrementados à nossa economia, o que representa R\$ 6.000 para cada brasileiro. Serão 12 milhões de empregos em dez anos. Essa era a proposta original: se o Brasil cresce, todos ganham”, afirma o deputado.

O novo Sistema Tributário vai combinar políticas voltadas aos mais pobres, mas também melhorar a vida da classe média e aumentar a produtividade em todos os segmentos”.

Para o secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, Reginaldo Lopes teve uma participação decisiva na construção da Reforma Tributária, com destaque para sua atuação no Grupo de Trabalho, onde atuou como coordenador e depois como relator. “Ele (Reginaldo) sempre ouviu e ponderou todos os argumentos apresentados e buscou o consenso sempre entre os segmentos”, afirma Appy.



Parlamentares do PT e Governo Lula atuam para ajudar na reconstrução do RS

O Governo Lula e os parlamentares da Bancada do PT na Câmara, especialmente os gaúchos, trabalharam incansavelmente para mitigar os efeitos da maior catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul, em maio deste ano. Deputados e deputadas se empenharam na aprovação de projetos do Executivo, ou do Legislativo, em benefício do estado. E o governo federal destinou R\$ 100,4 bilhões a ações emergenciais e recursos para reconstrução de infraestrutura e de apoio à população e empresários do RS.

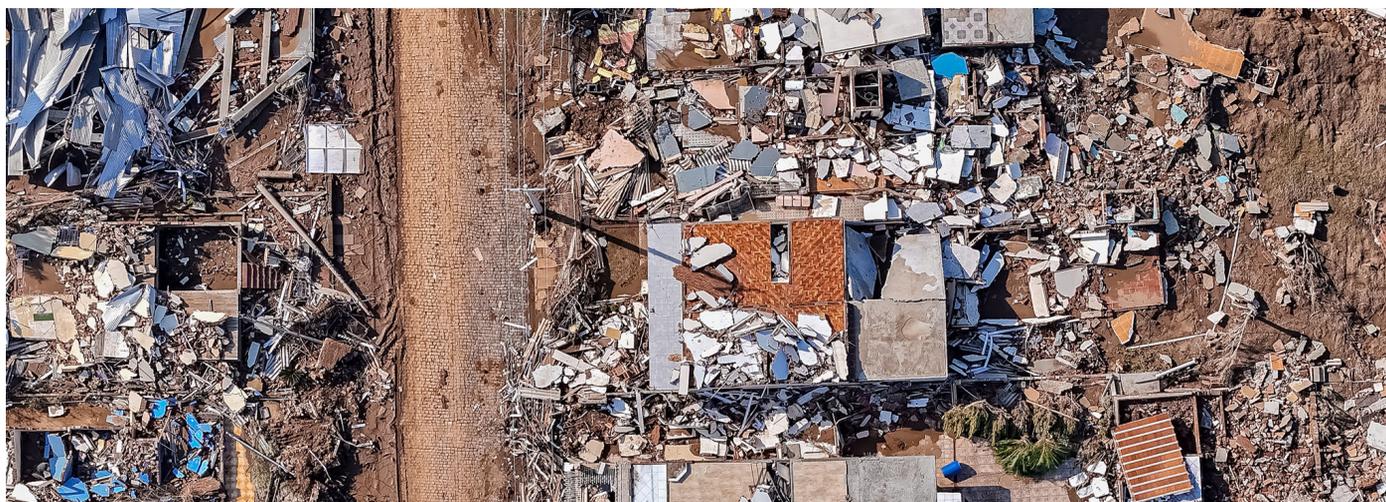
As enchentes afetaram mais de 2,4 milhões de pessoas e atingiram 478 municípios, resultando em danos devastadores. Segundo a Defesa Civil do estado, mais de 180 vidas foram perdidas, mais de 800 pessoas ficaram feridas e 27 continuam desaparecidas.

Aproximadamente 6,5 mil pessoas ficaram desabrigadas, e 80 trechos de estradas foram bloqueados. Além de destruir casas, móveis, eletrodomésticos e memórias, a tragédia também causou sérios impactos ao meio ambiente.

Apoio do Governo Lula

O Presidente Lula visitou o estado e esteve atento às necessidades da população do RS. Em maio, foi criado o Ministério Extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, sob a liderança do ministro Paulo Pimenta, com o objetivo de definir estratégias de apoio ao estado.

O Governo Lula também suspendeu o pagamento da dívida do estado com a União, por três anos, isentando juros.



Benefícios

Um auxílio de reconstrução de R\$ 5,1 mil foi concedido a cada família afetada, com R\$ 1,9 bilhão já desembolsados para 374 mil famílias. O auxílio trabalhador beneficiou 102,2 mil trabalhadores, totalizando R\$ 285 milhões, equivalente ao pagamento de um salário mínimo por dois meses, com a condição de que as empresas mantenham os empregos por quatro meses.

O programa Bolsa Família incluiu 67.598 novas famílias, impactando R\$ 47 milhões. A liberação do saque do FGTS em situações de calamidade beneficiou 1,05 milhão de trabalhadores em 446 municípios, injetando R\$ 3,45 bilhões na economia gaúcha, além da antecipação da restituição do imposto de renda para 900 mil pessoas, totalizando R\$ 1 bilhão.

Outras medidas incluíram o pagamento de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego.

Na área de habitação, o programa Minha Casa Minha Vida Reconstrução destinará R\$ 3,48 bilhões para a construção de 24,8 mil novas moradias, tanto urbanas quanto rurais, para atender as famílias desalojadas.

Crédito extra e isenção de IPI

A Câmara aprovou o projeto de lei (PL 4731/23), de autoria das deputadas petistas **Maria do Rosário (RS)** e **Gleisi Hoffmann (PR)**, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a compra de eletrodomésticos da linha branca e móveis por moradores de áreas

afetadas por desastres naturais ou eventos climáticos extremos.

O líder do Governo na Câmara, deputado **José Guimarães (PT-CE)**, apresentou o projeto de lei (PL 3595/2024), que autoriza o Governo Lula a transferir recursos financeiros para reformas em escolas públicas da educação básica que sofreram comprometimento estrutural devido aos eventos climáticos no Rio Grande do Sul.

Também foi aprovada a medida provisória (MP 1237/24), que abre crédito extraordinário de R\$ 2 bilhões no Orçamento de 2024 para socorro financeiro ao estado, com a maior parte dos recursos destinada a um auxílio de R\$ 2.824,00 para trabalhadores domésticos e pescadores artesanais em áreas de calamidade pública.

Outra importante iniciativa foi a aprovação do projeto de lei (PL 3117/24), dos deputados petistas José Guimarães e **Marcon (RS)**, que flexibiliza as regras de licitação, proporcionando agilidade e segurança jurídica aos gestores no enfrentamento de calamidades públicas.

A deputada **Dandara (PT-MG)** também contribuiu com o projeto de lei (PL 2.000/2024), que modifica a lei que institui o Fundo Nacional da Mudança Climática, permitindo que os recursos desse fundo sejam utilizados para financiar ações e políticas em estados e municípios baseadas no conceito de “cidade-esponja”, uma alternativa para enfrentar a crise climática que o Brasil já vive.





Petistas destacam trabalho de recuperação do RS

“O Presidente Lula esteve cinco vezes no RS para conferir de perto a situação dos atingidos pelas cheias e anunciar várias ações de apoio às famílias e às empresas afetadas. As medidas têm sido fundamentais para a reconstrução do RS. Entre elas, destaco a suspensão da dívida do estado com a União por 3 anos, que aprovamos com o apoio do Congresso. Isso significará que o RS terá R\$ 13 bilhões para investir na reconstrução nos próximos 36 meses. E, além disso, o Governo Lula também cancelou os juros da dívida, o que vai significar uma economia de R\$ 12 bilhões.”

Alexandre Lindenmeyer

“Articulamos ações para garantir que as políticas públicas do Governo Lula cheguem a nossa região. Acompanho de perto todo o empenho e trabalho efetivo para a reconstrução do RS. Recuperamos o aeroporto Salgado Filho em tempo recorde, estamos reconstruindo pontes, estradas, instituições de ensino e há recursos para a agricultura familiar, pequenas e médias empresas e diversos setores. Nosso mandato também protocolou indicações e projetos para ajudar o nosso estado”.

Denise Pessôa

“Lula cumpriu a promessa feita ao povo gaúcho de que não faltariam recursos para a reconstrução e garantiu mais de R\$ 100 bilhões! Foi a maior ajuda que um governo federal já deu a um estado. Presente desde o primeiro dia da tragédia até agora, Lula teve ação exemplar e atendeu todas as demandas gaúchas”.

Bohn Gass

“Esse ano foi de muito trabalho pela reconstrução do nosso estado que tanto sofreu com a catástrofe climática. Junto com o Governo Lula, fizemos uma força tarefa para que todos os gaúchos e gaúchas atingidos tivessem seus direitos assegurados. Na Câmara, fui autor do PL 3117 que garantiu condições para os micros e pequenos empresários e agricultores familiares a continuarem suas atividades. Como coordenador da Bancada Gaúcha, também estive à frente de muitas proposições aos governos federal e estadual para minimizar os impactos na população atingida. Não vamos descansar até nosso estado estar reerguido, forte e altivo como antes.”

Dionilso Marcon

“Junto ao Governo Lula, que já investiu mais de R\$ 100 bilhões na recuperação do Rio Grande do Sul, nós no Parlamento temos um compromisso com a reconstrução do nosso estado e com o bem-estar das famílias gaúchas. Não se trata apenas de responsabilidade, mas de cuidar das pessoas que mais precisam nesse momento”.

Maria do Rosário

“As ações do governo federal, junto ao nosso mandato e à Bancada do PT, são um abraço de esperança para o Rio Grande do Sul. Nossas emendas e os projetos aprovados na Câmara têm o compromisso de acolher cada família e cada comunidade atingida pelas enchentes, reconstruindo não só casas, mas também a dignidade e os sonhos do nosso povo gaúcho”.

Reginete Bispo



Tecnologias, emergências, inclusão, vacinas e SUS fazem avançar parcerias e projetos de lei na Comissão de Saúde

Saúde digital, Sistema Único de Saúde, autismo, limitações de atendimento por planos e seguradoras, emergência por evento climático extremo, políticas públicas de enfrentamento a epidemias, doenças raras, dentre outras, movimentaram a pauta da Comissão de Saúde (CSaúde), presidida pelo deputado **Dr. Francisco (PT-PI)**.

Em tempos de polarização, o colegiado priorizou projetos técnicos sobre demandas gerais, como doenças crônicas, urgência e emergência, atenção primária, fechando o ano com 151 proposições votadas, sendo 131 aprovadas e 20 rejeitadas (dados até 31/10/24). Dentre elas, a que regulamenta a profissão de Agente Indígena de Saúde; que trata da notificação compulsória em caso de violência contra a mulher atendida em serviço público ou privado; e a que reconhece a condição de deficiência aos portadores de doença falciforme e de talassemia.

Subcomissões foram criadas para acelerar e aprimorar a legislação referente ao Transtorno do Espectro Autista, doenças raras e demais neurodiversidades; Planos de Saúde; modernização das leis aplicáveis ao SUS; telemedicina, telessaúde e saúde digital; prevenção e controle do câncer.

Diálogos

O presidente mediou a interação do colegiado com o Ministério da Saúde, e a ministra Nísia Trinda-

de ouviu e foi ouvida pelos parlamentares sobre políticas públicas da área. Além disso, a comissão dialogou com a sociedade em audiências públicas, com ministérios do Comitê de Enfrentamento à Desinformação sobre o Programa de Imunização, com integrantes do grupo de trabalho do G20 que trata de produção regional para reduzir as desigualdades no acesso a vacinas no mundo, dentre outros.

Emergência

O deputado lembra que o aumento de casos e mortes por dengue e as enchentes no Rio Grande do Sul mobilizaram a comissão e a parceria com o governo. No primeiro, para reduzir e controlar os casos da doença e aprovar no colegiado o projeto de lei que cria a política nacional de combate à Dengue e outras arboviroses. No segundo, com a solicitação da CSaúde, atendida pela ministra, de liberação imediata das emendas da comissão para municípios gaúchos afetados pelas inundações.

“Juntos, estamos trabalhando para oferecer um sistema de saúde mais inclusivo e de qualidade para todos os brasileiros”, resumiu Dr. Francisco.

O deputado piauiense foi condecorado pelo Governo Lula com a Medalha do Mérito Oswaldo Cruz que, neste ano, foi entregue a parceiros no fortalecimento do Sistema Único de Saúde e aumento da cobertura vacinal.

“Estamos trabalhando para oferecer um sistema de saúde mais inclusivo e de qualidade para todos os brasileiros.”

Presidente da CFFC, Joseildo intensifica ações de apoio à agricultura familiar e moradia popular

Eleito para presidir a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, o deputado **Joseildo Ramos (PT-BA)** assumiu uma nova posição no Congresso Nacional no ano de 2024. No comando dos trabalhos da CFFC, e com o objetivo de garantir a transparência e a correta utilização dos recursos públicos, o parlamentar convidou ministros para prestar esclarecimentos e aproximou a comissão de outros órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União.

Joseildo lembra que “a comissão também atuou em temas de grande interesse público, servindo de palco para debates em áreas como infraestrutura e meio ambiente, e na fiscalização de ações públicas, como na criação da Subcomissão Especial que acompanhou o auxílio ao Rio Grande do Sul”.

Agricultura familiar

Além dos trabalhos na CFFC, Joseildo também atuou em defesa da agricultura familiar ao elaborar o projeto que cria o Sistema Nacional Unificado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Suater). O texto apresentado ao ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, começou a ser debatido em 2023 com pesquisadores, consultores do Congresso Nacional, representantes da agricultura familiar, trabalhadores do setor, ministérios, e órgãos como a Anater, Condraf, Ematers e FAO no Brasil.

“A nossa iniciativa prevê um funcionamento semelhante ao SUS, compartilhado entre União, es-

tados e municípios, priorizando a assistência à agricultura familiar com o fortalecimento da produção agroecológica, proteção do meio ambiente e combate ao uso de agrotóxicos, incentivo ao uso da mecanização agrícola para pequenas propriedades e garantias de recursos no Orçamento da União, entre outras medidas”, explica o deputado.

Habitação

O acesso da população mais carente à moradia também é prioridade do mandato de Joseildo, relator do PL 20/2020, que institui as diretrizes da construção de moradias por autogestão e cria o Programa Nacional de Moradia Popular. Ao longo do ano, o deputado ampliou o debate sobre o projeto com audiências públicas na Câmara dos Deputados e na

Assembleia Legislativa da Bahia. Os eventos tiveram participação expressiva dos movimentos populares e reforçaram a importância da autogestão, que permite a participação dos interessados em todas as etapas da construção, além de baratear os custos da obra.

Bahia

Ao longo de 2024, municípios da Bahia também mereceram uma atenção especial do mandato de Joseildo. Prefeituras foram beneficiadas com recursos expressivos nas áreas de saúde, educação, segurança pública, habitação, saneamento e agricultura familiar, entre outros. “Trabalhamos muito neste ano e tenho muita confiança de que teremos conquistas ainda mais expressivas para nosso país e a Bahia no próximo ano”, finaliza Joseildo Ramos.

“Trabalhamos muito neste ano e tenho confiança de que teremos conquistas ainda mais expressivas para nosso país no próximo ano”.





2024, pelas mulheres, saúde, educação, por Minas, pelo PT

O ano de 2024 foi um momento importante para avançarmos na defesa da democracia e na luta contra a extrema direita. A afirmação é da deputada **Ana Pimentel (PT-MG)**, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. “Na economia do País tivemos conquistas importantes como o crescimento do PIB e aumento do emprego e da renda. No Congresso Nacional conseguimos aprovar a Reforma Tributária e a Política Nacional de Cuidados. Mas este ano, as eleições também mostraram que temos desafios importantes pela frente”, constata a parlamentar.

Como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sendo a segunda mulher do PT a ocupar esse cargo, Ana Pimentel defendeu o orçamento voltado a políticas públicas para todas as mulheres. “Aprovamos diversos projetos das nossas parlamentares petistas, como o que institui a Política Nacional de Saúde Integral da Mulher, de minha autoria”, destaca.

Luta democrática

O mandato de Ana Pimentel, segundo a deputada, atuou ativamente na luta democrática e na reconstrução das políticas públicas no Brasil. Na pauta ambiental, um dos setores mais sucateados pelo governo anterior, “fui uma das deputadas que mais enviou recurso através de emenda parlamentar”, lembra. Ademais, o mandato de Ana Pimentel promoveu audiências públicas sobre mudanças climáticas, além de participar de ações em defesa dos servidores do Ministério do Meio Ambiente.

SUS é prioridade

A defesa do SUS continua sendo prioridade no mandato. “Aprovei o Programa de Alimentação Hospitalar, que prioriza a compra de alimentos da

agricultura familiar no SUS”, cita Ana Pimentel. Em Juiz de Fora, o mandato tem trabalhado intensamente com a prefeita Margaria Salomão (PT), contribuindo com a melhoria da saúde. “Destinei recursos para ampliar o horário de atendimento nas UBSs e incluímos no PAC a retomada das obras do Novo HU”, afirma Ana Pimentel.

Educação pública

A disputa pelo orçamento adequado para a educação pública foi uma luta importante do mandato. Como vice-presidente da Frente da Educação, Ana Pimentel atua para o fortalecimento das universidades e institutos federais. “Defendemos a recomposição orçamentária, além da valorização dos servidores docentes e técnico-administrativos, que são fundamentais para o ensino superior e tecnológico”.

“Enquanto no Brasil atuamos para que o projeto democrático consagrado nas urnas com a eleição do Presidente Lula se consolidasse, em Minas Gerais, continuamos na resistência ao governo neoliberal de Zema”, explica.

O mandato luta contra a privatização das escolas públicas e em defesa da vacinação infantil.

“Articulei junto ao governo federal verbas para patrimônio histórico, como a restauração das igrejas em São João Del Rei e aprovamos o PL que reconhece Resende Costa como Capital Nacional do Artesanato Têxtil”.

Para a deputada, “as eleições deste ano mostraram que o PT cresceu, reelegemos prefeituras importantes como Juiz de fora e Contagem. Incorporar experiências municipais exitosas ao programa do partido será de suma importância para o fortalecimento do PT”, conclui.

Um ano de muito trabalho para a deputada Dilvanda Faro na CPOVOS

O mandato da deputada **Dilvanda Faro (PT-PA)**, na presidência da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS), iniciado em fevereiro deste ano, apresentou tarefas complexas. Todas relevantes para grande parte das populações do campo, das águas e das florestas.

Dilvanda destaca a realização do Seminário Nacional sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Lideranças de vários povos indígenas apresentaram suas demandas para a Câmara dos Deputados, representada pela CPOVOS. O evento ocorreu concomitante com o Acampamento Terra Livre que reuniu cerca de 8 mil indígenas de 200 povos de todas as regiões e biomas do país, além de uma delegação de lideranças internacionais, com o tema “Nosso Marco é Ancestral: Sempre estivemos aqui”.

Na CPOVOS foram mais de 60 proposições aprovadas, com 35 reuniões entre deliberativas e audiências públicas. Dentre as proposições de autoria ou co-autoria da deputada Dilvanda, destacam-se: Medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar no RS vitimadas pelo evento climático extremo (PL1875/2024);

Substitutivo ao PL 4.620/12 para incluir como beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais as quebraadeiras de coco babaçu e os atingidos por barragens.

O PL 2604/2024, que estabelece nova disciplina para a definição e periodicidade da atualização dos parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade para as finalidades da política agrária no Brasil, e regulamenta o Parágrafo

único do Art. 185 da Constituição Federal, que trata da função social da terra.

Dilvanda apresentou propostas em defesa das mulheres e da família, que poderão mudar a vida de milhares de brasileiros. Conheça algumas delas: PEC 34/2024 que propõe a inserção no texto Constitucional, da 1ª infância como beneficiária de direitos e garantias; PLP 136/2024) que versa sobre a aplicação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública em órgãos e entidades que implementam ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

Fator Amazônico

Dilvanda também encaminhou o PL1660/2024, que institui o Fator Amazônico como critério de ponderação na formulação e execução de Políticas Públicas de desenvolvimento social, com foco na redução das desigualdades regionais, na dignidade da pessoa humana e na equidade. “O termo ‘Fator Amazônico’ ou ‘Custo Amazônico’ é utilizado para se referir aos custos adicionais de logística e transporte que empresas e governos precisam arcar para realizar operações comerciais, infraestruturais ou de serviços na região amazônica do Brasil”, explica.

COP 30

A COP30 também foi debatida pela CPOVOS, por iniciativa de Dilvanda, para uma melhor preparação de argumentos e de participação enquanto representação parlamentar nos espaços da COP. Dilvanda Faro é a 1ª Vice-Presidenta da Frente Parlamentar para o Fortalecimento da Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas (COP 30) no Brasil.





A democracia se fortalece quando aproximamos o Parlamento das pessoas, afirma Maria do Rosário

A Segunda-Secretaria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, dirigida pela deputada **Maria do Rosário (PT-RS)**, desempenhou um papel estratégico ao longo de 2023 e 2024, com ações que fortaleceram o Parlamento, a conexão com a sociedade e a gestão interna da casa. O setor é responsável por atividades fundamentais para o funcionamento da Câmara dos Deputados, como a logística de passaportes e vistos para missões oficiais no exterior, a gestão de programas de estágio e ações de formação, além da responsabilidade sobre a entrega de prêmios e homenagens.

Maria do Rosário ressalta a importância das atividades da Mesa Diretora para o fortalecimento da Câmara dos Deputados. "A democracia se fortalece quando aproximamos o Parlamento das pessoas. Ao longo da nossa gestão reforçamos o compromisso da Casa com a participação cidadã e com a inclusão social", destaca.

Estudantes

O Estágio-Visita, que aproxima estudantes de todo o Brasil do funcionamento da Câmara, teve ao longo destes dois anos de gestão da deputada Maria do Rosário 5 edições. "Ao todo passaram pela casa mais de 388 estudantes que participaram de atividades sobre o processo legislativo e da dimensão que a Casa representa", explica a parlamentar gaúcha.

Um dos legados oferecidos pela gestão de

Maria do Rosário será o novo sistema de Estágio-Visita que irá facilitar e modernizar a inscrição dos estudantes no programa. O acesso será agilizado e o tempo de navegação reduzido.

Missões no exterior

Durante a gestão de Maria do Rosário, o Serviço de Passaportes e Vistos facilitou a participação de parlamentares em missões oficiais no exterior, tendo emitido mais de 1.200 passaportes e cerca de 500 vistos diplomáticos, além de passaportes oficiais para servidores em missão. A equipe da Segunda-Secretaria realizou 263 processos de requisição de passaportes e mais de 16 mil atendimentos, entre presenciais e remotos, contribuindo para a eficiência e segurança logística dessas atividades.

Ajude o RS

A Segunda-Secretaria também liderou campanhas de solidariedade. A "Ajude o RS", organizada em resposta às enchentes no Rio Grande do Sul, arrecadou mais de

R\$ 20 mil repassados para o Comitê da Cidadania, que comprou itens para enviar e uma ampla variedade de doativos.

As ações realizadas em 2023 e 2024 demonstram que a Segunda-Secretaria da Câmara "não é apenas uma instância administrativa, mas uma ponte entre o Parlamento e a sociedade, reforçando a importância de um Legislativo transparente, acessível e conectado às demandas do povo brasileiro".

Ana Paula Lima trabalha pelo fortalecimento das políticas da primeira infância à juventude

A Secretária da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude da Câmara dos Deputados, liderada pela deputada **Ana Paula Lima (PT-SC)**, desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens no Brasil. Desde sua posse, em fevereiro de 2023, a parlamentar tem se destacado na articulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral dessa população, além de estreitar parcerias com entidades nacionais e internacionais comprometidas com a defesa infantojuvenil.

Em seu mandato à frente da Secretaria, Ana Paula Lima tem trabalhado para fortalecer as políticas voltadas à primeira infância e à juventude. Em setembro de 2023, a deputada participou de um seminário no Superior Tribunal de Justiça, onde destacou a importância de garantir condições adequadas para o desenvolvimento seguro e pleno de crianças e adolescentes. Ela ressaltou, ainda, a relevância de programas sociais como o Bolsa Família, que atuam na proteção dessas faixas etárias.

"O trabalho à frente da Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude tem sido no sentido de construir um Brasil onde todos, desde a mais tenra idade, tenham seus direitos assegurados. Temos muitos desafios pela frente para garantirmos, efetivamente, um futuro melhor para nossas crianças, para que elas tenham a oportunidade de crescer com dignidade, saúde, educação e,

sobretudo, muito amor", diz Ana Paula Lima.

A Secretária tem promovido vários debates sobre questões que afetam diretamente esse público, como os impactos das mudanças climáticas, a saúde mental, a violência e a influência das novas tecnologias. Em março, foi realizado um evento com especialistas, representantes do governo e da sociedade civil, com o objetivo de buscar soluções inovadoras para os desafios enfrentados por essa população.

Direito de ser criança

Em outubro, a Secretaria organizou a exposição "Direito de Ser Criança", na Câmara, um evento que reuniu diversas atividades interativas, painéis informativos e apresentações culturais. A mostra, que esteve aberta ao público entre os dias 14 e 25 de

outubro, trouxe uma reflexão sobre os direitos fundamentais da criança, como o acesso à educação, ao lazer e à proteção contra abusos e violência.

A atuação da deputada Ana Paula Lima e sua equipe na Secretaria tem sido marcada pela busca por políticas públicas inclusivas e eficazes, focadas em assegurar os direitos e o bem-estar de crianças, adolescentes e jovens.

A deputada se consolida como defensora da implementação de estratégias que favoreçam o desenvolvimento humano desde a primeira infância, incentivando o diálogo entre diversos setores para enfrentar os desafios que ainda limitam o potencial dessa parcela da população brasileira.

"Temos muitos desafios pela frente para garantirmos, efetivamente, um futuro melhor para nossas crianças".





Avanços e conquistas da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados

Em 2024, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados realizou inúmeras ações que vão da consolidação do diálogo do Legislativo com o Executivo, debates e aprovação de projetos de lei, seminário sobre igualdade e poder e debate sobre o financiamento público de campanha para as mulheres. A deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)**, coordenadora-geral dos Direitos da Mulher da Secretaria da Mulher da Câmara, lista ainda outras ações como a exposição sobre a participação das mulheres na política, a sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, campanhas como o Outubro Rosa e Dignidade Menstrual até as agendas internacionais, como a 68ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, na ONU, sobre igualdade de gênero.

Além disso, a Secretaria teve agendas com a ministra Cármen Lúcia (STF), com a embaixadora da União Europeia no Brasil, Marian Schuegraf e atividade com a ONU Brasil Mulher. Benedita ainda articulou e construiu encontros estratégicos, como a agenda preparatória do P20 e a 1ª Reunião de Mulheres do P20, que contou com a participação de 30 delegações internacionais no debate sobre mudanças na divisão do trabalho, igualdade salarial e maior representatividade política. Benedita da Silva destacou que, por essas e outras ações, 2024 já pode ser classificado como um ano de importantes avanços e conquistas para a Secretaria da Mulher.

“Quando analiso as atividades realizadas em 2024, sinto a força e vejo a importância da Secretaria da Mulher da Câmara, pois idealizamos, planejamos,

construímos e realizamos importantes ações e agendas”, salienta a parlamentar.

P20

Em novembro de 2024, a Secretaria da Mulher abriu as discussões da 10ª Cúpula dos Presidentes de Parlamento do G20. “No encontro debatemos as recomendações de mulheres parlamentares do G20 para a solução de problemas relacionados à desigualdade, à fome, ao aquecimento global e à baixa participação feminina nas instâncias de Poder”.

Mandato em 2024

Em relação às ações do seu mandato, Benedita lembrou o seu trabalho nas três comissões em que é titular (da Cultura, da Mulher e da Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família). Destacou ainda as agendas na Esplanada dos Ministérios, a sua luta no combate ao racismo, combate ao machismo, combate ao feminicídio e projetos de lei de sua autoria sancionados pelo presidente Lula.

Parlatino

A deputada Benedita da Silva também participou de eventos internacionais. Ela destaca o Encontro Regional de Mulheres Parlamentares da América Latina e do Caribe, ocorrido na última semana de outubro, no Panamá. O evento, realizado pelo Parlamento Latino-Americano e Caribenho (Parlatino), contou com a participação de parlamentares de 22 países, organizações internacionais e especialistas. Foram compartilhados desafios, lições e propostas para avançar na democracia inclusiva, justa, sustentável e paritária em toda a região.

Comunicação Pública e Tarifa Zero foram prioridades de Jilmar Tatto em 2024

Secretário de Comunicação Institucional da Câmara e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Tarifa Zero, o deputado **Jilmar Tatto (PT-SP)** priorizou em sua atuação parlamentar dois temas importantes em 2024: a Comunicação Pública e a defesa da implementação da Tarifa Zero em todo o País.

Em relação à Comunicação Pública, Tatto faz uma avaliação do trabalho desenvolvido após 2 anos à frente da pasta, que termina em fevereiro de 2025. “Ao assumir essa missão, meu objetivo foi buscar encurtar a distância entre o trabalho desenvolvido na Casa e a população. Busquei ampliar o alcance da TV e Rádio Câmara, incentivei a inovação de conteúdo e pudemos ver o aumento da audiência de nossos canais, em especial no YouTube, que alcançou a marca de mais de 1 milhão de inscritos”, explica.

De acordo com o parlamentar, a comunicação pública tem um papel vital para o fortalecimento da democracia. “Aqui é uma fonte primária de informação, em que todas as vertentes políticas têm espaço e voz para apresentar suas pautas e visão do mundo”, completa o deputado.

Tarifa Zero

Coordenador da Frente Parlamentar do tema, Jilmar Tatto entende que a gratuidade no transporte público ganhou tração no período eleitoral. Segundo ele, isso ajudará a orientar o trabalho da frente nos

próximos meses.

Em 2024, 675 candidaturas apresentaram o tema como proposta ao eleitorado, segundo levantamento do projeto Vota Aí, parceria entre o Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp (SP) e o Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública da Uerj (RJ), apresentado pela BBC Brasil. Este número é quase o dobro em relação a 2016, em que 384 candidaturas defenderam a Tarifa Zero. Em 2020, foram 434. “A cada eleição, aumenta consideravelmente o número de candidaturas que defendem a Tarifa Zero. Esse crescimento

“A comunicação pública tem um papel vital para o fortalecimento da democracia”.

mostra a importância que a política pública vem ganhando após se mostrar viável em mais de 100 cidades no Brasil”, aponta. O parlamentar apresentou a proposta de gratuidade em 2020, quando foi candidato a prefeito pelo PT na cidade de São Paulo.

Site

Ao assumir a coordenação da Frente, em agosto deste ano, Jilmar Tatto anunciou o lançamento do site www.tarifazero.org.br, que traz uma série de dados a respeito da política, como mapa do Brasil onde tem Tarifa Zero, compilação de leis sobre mobilidade e transporte público, artigos e notícias referentes ao tema.

A frente também firmou uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para colaborar nos estudos sobre a tarifa zero. Segundo estudos da UnB, mais de 5 milhões de pessoas vivem em cidades que já adotaram a tarifa zero.





Bancada do PT intensifica luta pelos direitos dos brasileiros em 2024

A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados fez de 2024 mais um ano de ação ativa em defesa dos direitos da população brasileira, com a apresentação de 351 propostas legislativas. Até agora, 17 projetos de autoria dos parlamentares petistas foram aprovados, refletindo um esforço contínuo para cumprir compromissos e avançar em políticas públicas.

Um dos destaques é o projeto de lei (PL 81/2024), do líder do governo, deputado **José Guimarães (PT-CE)**, que garante a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para rendimentos de até dois salários mínimos (R\$ 2.824,00). Esse projeto faz parte do compromisso do Presidente Lula de garantir a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, até o final de seu mandato.

Outras iniciativas importantes incluem o PL 1725/24, também de autoria do líder do governo, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo. Este projeto facilita o acesso a crédito e a renegociação de dívidas para microempreendedores individuais e microempresas. Também foi aprovado o PL 1026/24, dos deputados José Guimarães e **Odair Cunha (PT-MG)**, que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), fortalecendo esse setor, que foi um dos mais afetado pela pandemia.

Outros PLs aprovados

PL 3449/24 - De autoria do deputado José Guimarães, cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), concedendo incentivos de R\$ 19,3 bilhões em cinco anos e redução do IPI. O objetivo é estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de ve-

ículos com baixa emissão de gases do efeito estufa.

PL 3027/2024 - De autoria do deputado José Guimarães, cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), também chamado de Hidrogênio Verde, para promover o hidrogênio de baixa emissão no Brasil, oferecendo incentivos fiscais para sua produção e compra.

PL 3117/24 - De autoria dos deputados petistas José Guimarães e Marcon (RS), flexibiliza as regras das licitações para agilizar e dar segurança jurídica aos gestores no enfrentamento de calamidades públicas reconhecidas pelo governo.

PL 13/2022 - De autoria do deputado **Alencar Santana (PT-SP)**, determina às companhias aéreas que oferecem o serviço de transporte de cães e gatos colocá-los dentro da cabine do avião, onde ficam os passageiros.

PL 545/24 - De autoria do deputado José Guimarães, aprimora o regime jurídico da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). Entre outras ações, o projeto permite que a Embratur seja contratada sem licitação por outros órgãos ou entidades da administração pública.

Relatoria do PT

Onze proposições foram aprovadas com relatorias de parlamentares do PT, incluindo o Projeto de Lei 370/2024. O texto prevê o aumento da pena para o crime de violência psicológica contra a mulher quando praticado com o uso de inteligência artificial ou outros recursos tecnológicos. Além disso, agravam as avaliações para a divulgação de cenas de estupro, estupro de vulnerável, sexo ou pornografia. O projeto teve relatoria da deputada **Camila Jara (PT-MS)**.

Projetos aprovados impulsionam políticas públicas e inclusão social

Os parlamentares do PT do trabalharam intensamente para aprovar projetos de lei voltados ao fortalecimento de políticas públicas e ao progresso da economia brasileira. Entre as conquistas, destacam-se a ampliação de cotas em concursos públicos para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, o aumento de recursos para o Programa Pé-de-Meia, a implementação da Política Nacional de Cuidados e o fim do “orçamento secreto”.

Cotas

Na véspera do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, a Câmara dos Deputados aprovou o parecer da deputada **Carol Dartora (PT-PR)** ao projeto de lei (PL 1958/2021), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). O texto amplia a cota de 20% para 30% para pretos e pardos e, pela primeira vez, inclui indígenas e quilombolas no sistema de reservas de vagas no serviço público. O texto estabelece critérios nítidos de autodeclaração e prevê sanções contra fraudes. Caso haja indícios de fraude ou má-fé, o candidato poderá ser eliminado ou, se já tiver sido nomeado, terá anulada a admissão.

Recursos para o Pé-de-Meia

A Câmara aprovou o PL 6012/23, do Senado, que torna permanentes os recursos destinados ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte). O projeto também autoriza o uso de até R\$ 4 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para financiar o Programa Pé-de-Meia, direcionado ao estímulo à conclusão do ensino médio. Como o objetivo do fundo é garantir as

operações de crédito do Pronampe, o texto estabelece que, a partir de 2025, 50% dos recursos não utilizados para essas garantias, bem como os valores recuperados, continuarão sendo aplicados no programa. Uma outra metade será direcionada ao Pé-de-Meia, que beneficia estudantes da rede pública que concluírem etapas do ensino médio e realizarem o Enem.

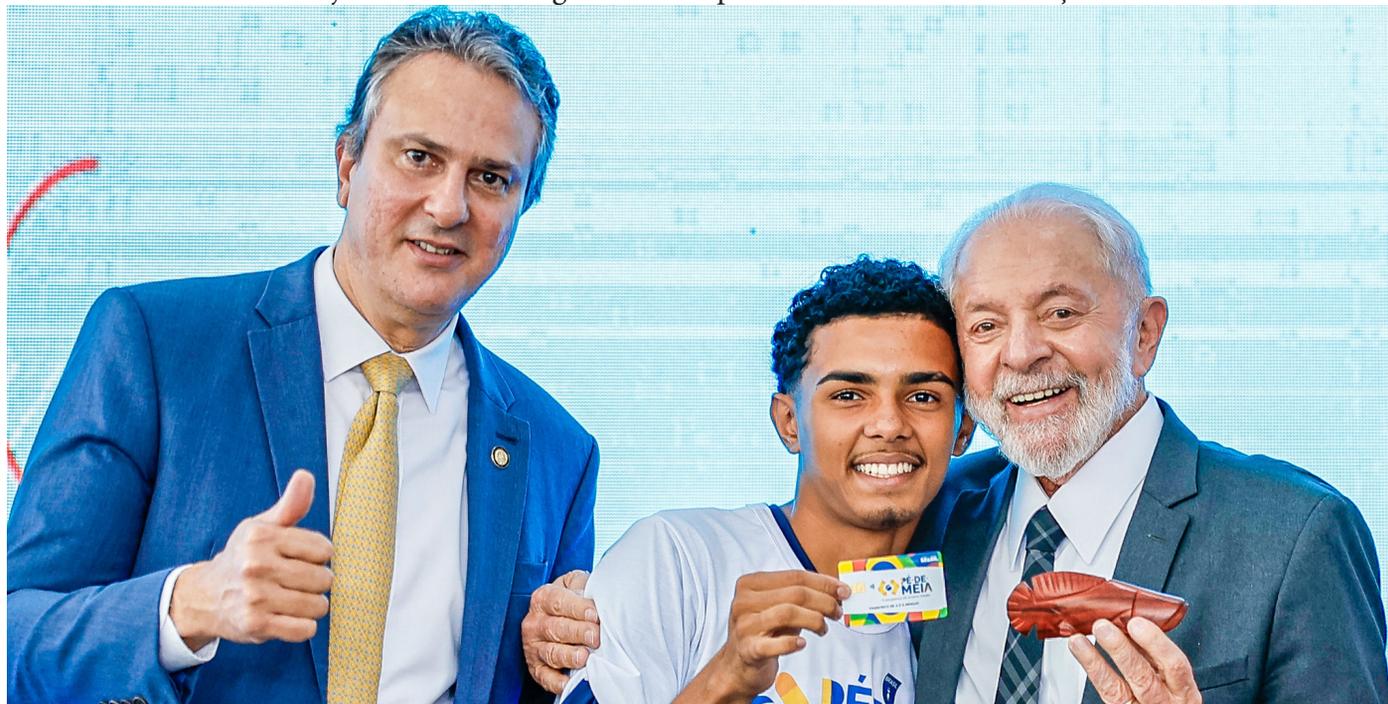
Política Nacional de Cuidados

A aprovação da Política Nacional de Cuidados (PL 2762/2024), do Executivo, marca uma vitória importante para o Governo Lula. O PL define como públicos prioritários as crianças e adolescentes; pessoas idosas e pessoas com deficiência que necessitam de assistência para realizar as atividades básicas e instrumentais da vida diária; e trabalhadores remunerados e não remunerados do cuidado.

A proposta representa um avanço ao reconhecer a corresponsabilização social e de gênero nas tarefas de cuidado, além de destacar a interdependência entre quem cuida e quem precisa de cuidado. Também estabelece que o Estado é responsável por garantir o direito ao cuidado por meio de políticas públicas integradas.

Fim do orçamento secreto

A Câmara concluiu a aprovação do PLP 175/24, do deputado **Rubens Pereira Jr. (PT-MA)**, que regulamenta as regras, execução e impedimentos técnicos de emendas ao Orçamento. A partir da sanção do texto aprovado haverá mais transparência e controle ao uso de emendas parlamentares, pondo fim ao chamado “orçamento secreto”.



Adriana Accorsi alia competência e habilidade em defesa da segurança pública e das mulheres



Única deputada federal pelo PT de Goiás, a Deputada **Adriana Accorsi** representou o partido em 2024 como candidata à prefeita de Goiânia, a capital do agronegócio e reduto da direita no País. Terminou o pleito em terceiro lugar e se firmou como liderança do partido no estado.

Foi vice-líder do bloco do governo na Câmara, ao aliar competência técnica, compromisso social e a habilidade no diálogo para se tornar uma das vozes atuantes do PT em Goiás e no Congresso Nacional. Defendeu a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua e se

firmou como uma das principais articuladoras do estado com o governo federal.

Adriana Accorsi leva para a Câmara federal um olhar atento às questões de segurança pública, que ela acredita ser “essencial para a proteção à vida das mulheres e meninas no Brasil e para a vida dos jovens negros, maiores vítimas da violência que assola o País”.

A deputada apresentou o PL 8901/2024, que cria um programa nacional de suporte psicossocial para vítimas de violência. Ela foi relatora do projeto de lei que deu origem à Lei 15.012/2024, que estabelece protocolos à proteção de testemunhas em casos de violência familiar.

Antifeminicídio

Adriana Accorsi atuou pela aprovação do Pacote Antifeminicídio, que avança na proteção das mulheres e no combate à violência de gênero, e assinou a PEC 59/2024, que propõe o fim da escala de trabalho 6x1, que visa permitir aos trabalhadores mais tempo para suas vidas pessoais e familiares.

Em junho último, Adriana Accorsi realizou audiência pública e trabalha pela aprovação da PEC 57/2023, conhecida como PEC das Guardas.

Airton Faleiro, defensor do meio ambiente e das populações mais vulneráveis

O deputado **Airton Faleiro (PT-PA)** atua na implantação dos programas do Governo Lula junto à população do Pará e da Amazônia, e teve forte presença nas atividades legislativas e no trabalho próximo às bases. “Atuamos na defesa dos direitos dos povos indígenas, populações tradicionais, agricultura familiar e pela educação pública, inclusiva e de qualidade. Focamos intensamente, em primeiro lugar, nas necessidades das populações mais vulneráveis”, afirma Faleiro.

O deputado destaca a conclusão da tramitação e sanção da Lei 14.757/23, que extingue cláusulas resolutivas em títulos fundiários, assentamentos e crédito fundiário. Ele foi o relator do projeto de lei na Câmara.

Agricultura Familiar

Apresentou o PL 3421/24, que garante seguro para agricultores familiares e extrativistas atingidos por adversidades climáticas, e aprovou o PL 169/23, na Comissão de Agricultura, que assegura apoio financeiro aos pescadores artesanais em casos de contaminação por mercúrio e da síndrome da urina pre-



ta. “Aprovamos ainda o reconhecimento das obras de Sebastião Tapajós e da Guitarrada como expressões culturais brasileiras e incluímos a economia criativa como item financiável nos Fundos Constitucionais”.

Airton Faleiro cita ainda o trabalho de articulação para a sanção da Lei Geral dos Esportes e os avanços em projetos na educação, instituindo a Política Nacional de Educação para a Política e Cidadania, e autorizando a criação da Universidade Federal da Região Tocantina e do Marajó.

Em 2024 Alencar Santana atua para impedir o avanço da pauta ultraconservadora da extrema direita



O ano de 2024 foi intenso para o deputado **Alencar Santana (PT-SP)**, vice-líder do Governo Lula na Câmara. Na Comissão de Constituição e Justiça, na qual é o coordenador da base do governo, Alencar enfrentou a bancada da extrema direita e ajudou a impedir a aprovação da pauta ultraconservadora dos bolsonaristas. “Não foi um ano fácil, mas conseguimos impedir a aprovação de muitas matérias que seriam enormes retrocessos para o Brasil”, disse.

No plenário, o deputado de Guarulhos foi o relator do projeto que ampliou a faixa de isenção do

Imposto de Renda para até dois salários mínimos. E ainda conseguiu aprovar o projeto de sua autoria e outros (PL 13/2022) que regula o transporte de pets em aviões, a “Lei Joca”, que está tramitando agora no Senado. “Aprovamos praticamente todos os projetos que o Governo Lula enviou como prioridade para seguir com a reconstrução do País na economia, na educação, na saúde, na área social e em todos os outros setores. Para 2025, vamos poder avançar muito mais”.

Jornada de Trabalho

Para o próximo ano, Alencar espera que seja aprovada a PEC 221/2019 do deputado **Reginaldo Lopes (PT-MG)**, que reduz a jornada de trabalho semanal e acaba com a escala 6x1. “É uma pauta muito importante para o Brasil, que se fortaleceu bastante com o movimento feito pela deputada Erika Hilton (PSol-SP) e vamos lutar para que seja aprovada o mais rápido possível!”, avisa o parlamentar.

Outra medida importante para 2025 será ampliar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. “Vamos lutar para viabilizar essa medida, fundamental para o Brasil seguir tornando o sistema tributário mais justo e progressivo”, defende Alencar.

Lindenmeyer afirma que apoio do Governo Lula para reconstrução do RS foi fundamental

2024 foi um ano muito desafiador para o Rio Grande do Sul. Foi o ano em que o estado enfrentou o maior desastre climático da história, com enchentes que levaram vidas e destruíram casas e empresas, acabando com sonhos e deixando marcas que jamais serão esquecidas.

Ao todo, 478 municípios foram atingidos por inundações, quedas de barreiras e deslizamentos de terra. Cerca de 2,4 milhões de pessoas foram afetadas, sendo que mais de 442 mil tiveram que deixar suas residências.

“A vida de milhões de pessoas ficou em suspenso, e o foco do nosso trabalho se voltou todo para atender a população gaúcha e ajudar o Rio Grande a se recuperar”, lembra o deputado **Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)**, ex-prefeito de Rio Grande, uma das cidades atingidas na região Sul do estado.

R\$ 100 bilhões ao RS

O parlamentar acompanhou desde os primeiros dias a situação das famílias e testemunhou o esforço e o compromisso do Governo Lula para auxiliar as vítimas e ajudar na reconstrução dos municípios afetados. “Foram mais de R\$ 100 bilhões destinados pelo nosso governo, dos quais quase a metade já foi

repassada, além de outras medidas e leis aprovadas que beneficiaram a população e as empresas gaúchas”, ressalta.

Devido ao avanço da crise climática e a possibilidade de futuros eventos extremos, Lindenmeyer protocolou projetos de lei para garantir direitos às pessoas e empresas afetadas por calamidades públicas. “A tragédia que ainda abala o nosso estado exige que tomemos medidas imediatas para garantir o mínimo de proteção jurídica nestes momentos para que as pessoas possam reconstruir suas vidas ao lado de suas famílias”, justifica.



Alfredinho: Um mandato de lutas populares em Brasília



Em 2024, o deputado **Alfredinho (PT-SP)** intensificou seus esforços em diversas frentes de atuação. Destaque para três áreas prioritárias: cultura, apoio aos pequenos negócios e defesa dos direitos trabalhistas.

Nas comissões e em plenário, o parlamentar deu continuidade ao seu compromisso de valorizar os cidadãos e as cidadãs na Câmara Federal e também em reuniões nos ministérios.

“As ações realizadas neste ano, bem como durante todo o meu mandato, reafirmam o meu com-

promisso com uma atuação política abrangente e alinhada às necessidades da população”, diz Alfredinho. O mandato consolida sua posição como defensor das causas sociais e do desenvolvimento sustentável das comunidades que representa.

Investimentos

Alfredinho destinou emendas parlamentares para valorização de equipamentos de saúde e para o desenvolvimento educacional de jovens e adultos.

Entre elas, a proteção de aposentados e pensionistas (PL 5806/2023), em que propõe medidas de proteção e prevenção contra fraudes em operações de crédito consignado envolvendo aposentados e pensionistas. Sobre a Colônia Fest, propôs o reconhecimento do evento em São Paulo (PL 2148/2024), ao valorizar tradições regionais.

Já a Lei de Incentivo à Cultura aponta para mudanças na legislação a fim de ampliar o acesso à cultura nas periferias (PL 924/2024). Outros projetos do deputado: - Melhorar a condição de trabalho dos caixas de supermercado (PL 353/2011) e apoio à renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs).

Defesa do consumidor e proteção social marcam mandato de Arlindo Chinaglia

Em 2024, o deputado **Arlindo Chinaglia (PT-SP)** apresentou duas propostas legislativas focadas na defesa do consumidor e na proteção social. Em resposta aos frequentes apagões em São Paulo, Chinaglia propôs o projeto de lei (PL 4014/2024), que estabelece a obrigatoriedade de indenização aos consumidores por parte das concessionárias de energia, como a Enel, em casos de interrupção nos serviços.

O projeto impõe prazos rígidos: as empresas têm até 7 dias para realizar vistorias e um máximo de 30 dias para efetuar os pagamentos das compensações. Caso esses prazos não sejam cumpridos, a indenização deve ocorrer automaticamente, dispensando a necessidade de o consumidor recorrer à Justiça.

Outro destaque do mandato de Chinaglia é o projeto de lei (PL 1075/2024), que visa regular a publicidade das apostas esportivas (as chamadas bets). “A regulamentação do setor, aprovada em 2023, representou um avanço ao exigir que as empresas de apostas sediadas suas operações no Brasil e recolham tributos”, explica o deputado.

Com o PL 1075/2024, Chinaglia propõe restringir anúncios que visem públicos jovens ou que apresentem o jogo como uma solução para problemas pessoais, buscando assim combater a dependência em

jogos de azar e proteger grupos vulneráveis.

Parlasul

O deputado Arlindo Chinaglia também coordenou a realização, pela primeira vez no Brasil, de uma sessão do Parlasul em Foz do Iguaçu (PR). Em parceria com a sociedade civil, foi instituída uma comissão temporária dedicada a questões relacionadas às regiões de fronteira no âmbito dos países do Mercosul. A comissão terá como missão elaborar propostas para fortalecer a cooperação fronteiriça, facilitando o desenvolvimento econômico e social das áreas limítrofes e promovendo a segurança e integração regional.



Bohn Gass destaca trabalho do Governo Lula pela reconstrução do RS



2024 foi marcado, no Rio Grande do Sul, pela maior tragédia ambiental de sua história: enchentes que causaram mortes, destruíram cidades e afetaram fortemente a economia gaúcha.

O deputado **Bohn Gass (PT-RS)** lembra que desde o primeiro momento o Presidente Lula esteve presente e não deixou que faltasse nenhum recurso para a reconstrução do estado. “São mais de R\$ 100 bilhões, maior ajuda que um governo federal já deu a um ente federado”, enfatiza.

O Governo Lula continua tratando da reconstrução e da prevenção a novas tragédias. Os ministé-

rios seguem presentes com projetos e recursos para obras que protejam os locais vulneráveis e garantam proteção aos locais mais atingidos.

Para o deputado, mais uma vez, o PT prova que é capaz de fazer o País crescer, gerar emprego, melhorar a renda e a vida do povo. “Todos os indicadores econômicos e sociais são positivos”, destaca.

Reforma Tributária

Bohn Gass, que é vice-líder do governo no Congresso, trabalhou para aprovar todas as iniciativas do Executivo. Com destaque para a histórica aprovação da Reforma Tributária, projeto do Governo Lula que torna mais justo o sistema de impostos.

O deputado cita também os projetos do mandato, como o que inclui a agricultura familiar na Constituição, garantindo políticas específicas para esta atividade fundamental ao desenvolvimento econômico e social do País; ou o que dá fim aos fogos de artifício com estampido para proteger pessoas com autismo, idosos e animais; ou mesmo as ações que propôs como relator da Subcomissão de Trabalho Escravo da Câmara, visando a erradicação desta prática, seguem tramitando. “Espero vê-las aprovadas no próximo ano”, diz Bohn Gass.

Combate a crimes ambientais e proteção de biomas são prioridades de Camila Jara

Mais jovem parlamentar do PT no País, a deputada **Camila Jara (MS)** já apresentou mais de 500 propostas legislativas e cerca de 30 projetos de lei. Este ano, a atuação parlamentar deu foco à prevenção de novos crimes ambientais, combate à impunidade e proteção de biomas, com destaque para o pacote antifogo. As propostas definem a desapropriação de terras de proprietários com reincidência em crimes ambientais (PL 3592/24) e o bloqueio de crédito para pessoas ou empresas que utilizam o fogo de forma irregular. “A medida (PL 3556/24) visa impedir que criminosos recebam financiamentos públicos, subsídios ou prêmios de seguro”, explica Camila Jara.

A parlamentar é autora do projeto que cria uma Lei Nacional em Defesa do Pantanal. Entre os dispositivos legais inéditos, “propomos a coordenação de ações em conjunto com municípios e estados para controlar o fogo de acordo com um Plano de Manejo de Fogo Nacional”, diz.

Também fazem parte do pacote projetos para dobrar o prazo de prescrição para multas ambientais (PL 1457/2024) e para aumentar a pena em casos de

poluição por uso indevido de substância tóxica (PL 1456/2024), após o caso do pecuarista que destruiu 81 mil hectares no Pantanal por desmate químico.

Recursos e emendas

Vice-líder da bancada petista na Câmara, Camila Jara articulou quase R\$ 80 milhões em recursos para o MS, atendendo 39 municípios, além do governo do estado. “Nosso trabalho contempla áreas prioritárias, como saúde, educação, assistência social, infraestrutura urbana e infraestrutura produtiva”, afirma.



Carla Ayres no Congresso: 120 dias com grandes conquistas para SC



A vereadora **Carla Ayres (PT)** atuou como deputada federal por Santa Catarina por 120 dias, substituindo **Pedro Uczai (PT-SC)**. Nesse período, apesar de o ritmo mais lento da Câmara devido às eleições, apresentou 24 projetos de lei, mais de 100 ofícios e 20 requerimentos.

“A prioridade foi fortalecer as pautas sociais, conectando movimentos e instituições catarinenses ao Governo Lula. Florianópolis é a única capital sem representante no Congresso. Nossos avanços mostram a urgência dessa representação”, afirmou.

Entre as ações, votou a favor da regulamentação da Reforma Tributária para promover justiça fiscal e reduzir o custo dos alimentos. Na área previdenciária, articulou o apensamento da PEC 006/24 à PEC 555/06, visando eliminar contribuições obrigatórias para aposentados e pensionistas do setor público.

Projetos

Ayres também atuou junto à Caixa Econômica para transformar o antigo prédio dos Correios, em Florianópolis, em uma unidade da Caixa Cultural. Junto ao Ministério dos Direitos Humanos, defendeu os direitos LGBTI+ e a campanha “Sônia Livre”, que inspirou o PL 3351/2024, voltado à ressocialização de trabalhadoras domésticas resgatadas de condições análogas à escravidão.

Outras iniciativas incluíram a indicação de Antonieta de Barros ao Diploma Mulher-Cidadã, a defesa de políticas para mães estudantes e o PL 3389/2024, que institui o “Dia Nacional de Enfrentamento ao Lesbocídio”.

“Encerramos nosso breve mandato reafirmando nosso compromisso com uma política que valoriza a diversidade e a justiça social”, conclui Carla Ayres.

Carlos Veras encerra 2024 com mandato focado em justiça social

O deputado **Carlos Veras (PT-PE)** encerra 2024 com uma atuação marcada pela defesa da justiça social, dos direitos humanos e da classe trabalhadora. “Neste ano, me empenhei para garantir recursos para obras essenciais, como a Adutora do Agreste, cuja primeira parte foi inaugurada pelo Presidente Lula, além de projetos de contenção de encostas e reurbanização de favelas, beneficiando comunidades vulneráveis em Pernambuco”, afirma o deputado.

Com mais de 100 propostas legislativas apresentadas ou relatadas, o deputado Carlos Veras integrou a Mesa da Comissão de Minas e Energia e atuou em temas relevantes, como o combate ao trabalho escravo, a manutenção da condição dos segurados especiais associados ou dirigentes de cooperativas e a atualização do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) Rural.

Outro marco da sua atuação neste ano foi a escolha da líder camponesa Elizabeth Teixeira para o Diploma Mulher-Cidadã, celebrando uma trajetória de resistência.

COP 29

No cenário internacional, Carlos Veras repre-

sentou o Brasil na COP 29, no Azerbaijão, reafirmando o compromisso com o meio ambiente. Em missão oficial à China, integrou a comitiva do PT para o VII Seminário Teórico com o Partido Comunista Chinês, reforçando o intercâmbio entre os países.

“Encerro 2024 como uma voz na defesa dos interesses de Pernambuco e na reconstrução de um Brasil mais justo e igualitário”, finaliza.



Reforma Tributária do PT reduz imposto sobre cesta básica, gás e gasolina, destaca Zarattini



A luta pela redução no custo de vida das famílias brasileiras segue motivando a atuação do deputado **Carlos Zarattini (PT-SP)** na Câmara dos Deputados. Em 2024, o parlamentar trabalhou para garantir o fortalecimento de programas sociais como Bolsa Família e aprovação da Reforma Tributária do Governo Lula. A proposta aprovada vai garantir mais justiça social e fiscal, uma conquista que tem a articulação de Zarattini e da Bancada do PT.

Segundo o deputado, o sistema tributário será

simplificado garantindo que os mais pobres paguem menos impostos. “Trabalhei para reduzir os impostos sobre os trabalhadores que ganham menos”, afirmou.

Ao falar dos desafios para 2025, o parlamentar ressaltou a aprovação do projeto “Água Pura para Todos”, da sua autoria, que busca garantir a compra de purificadores portáteis de água para escolas. Hoje, o Brasil tem oito mil escolas públicas que não contam com acesso à água potável. Isso representa 1,3 milhão de alunos nesta condição.

Taxistas

Graças a emenda de Zarattini, os taxistas autônomos serão beneficiados com acesso a linhas de crédito especiais, com taxas de juros mais baixas para renovação da frota, no Programa Acredita. Ele garantiu ainda a aprovação do Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT).

O deputado foi eleito presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais da Dança e da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Movimento Hip-Hop. Ele garantiu ainda o avanço dos debates sobre o Projeto de Lei 4768/2016, que regulamenta atividades dos profissionais da dança.

Carol Dartora encerra o ano legislativo com avanços históricos e resistência frente a ataques

O ano legislativo de 2024 foi marcado por conquistas lideradas pela deputada federal **Carol Dartora (PT-PR)**, que avançou na promoção da igualdade racial e resistiu a ataques racistas. Entre os destaques, está a aprovação do PL de Cotas no Serviço Público pela Câmara, ampliando de 20% para 30% a reserva de vagas para negros, indígenas, quilombolas e pardos em concursos públicos. Relatora do projeto, Carol articulou com movimentos sociais e parlamentares de diferentes espectros, consolidando essa medida como um marco na luta contra o racismo estrutural. “O PL de Cotas é um instrumento para corrigir desigualdades históricas e construir um Brasil mais justo e representativo”, afirma.

Carol liderou a iniciativa que concretizou o projeto Cidades Antirracistas, em parceria com o Ministério Público do Paraná, que busca criar e fortalecer Conselhos Municipais de Igualdade Racial no Paraná. A iniciativa já resultou em uma recomendação para que municípios com mais de 100 mil habitantes implementem esses conselhos, promovendo políticas públicas para reduzir desigualdades étnico-raciais.

Apesar dos avanços, 2024 trouxe desafios. O mandato recebeu 43 mensagens de ódio com amea-

ças racistas e misóginas, às quais reagiu com medidas jurídicas e denúncias. “Seguimos firmes por um país mais justo”, reforça Carol.

Ainda esse ano, a deputada promete intensificar a luta pela aprovação do PL de Cotas no Senado e pela ampliação de políticas públicas que promovam justiça e igualdade racial. E para 2025, pretende fortalecer a luta na construção de um projeto de educação para as relações étnico-raciais e avançar com seu projeto de protocolo de atendimento para pessoas vítimas de racismo e outros crimes de ódio nas escolas.



Dandara aponta que a renovação da esquerda tem que passar pelo interior do Brasil



A deputada **Dandara (PT-MG)** destaca a importância de se debater sobre a renovação na esquerda brasileira - que não se resume ao âmbito geracional, mas que englobe também o campo das ideias e de novas formas de se fazer política. “Vivemos hoje uma fase de novas dinâmicas de acumulação de capital, marcadas pelo surgimento de novas formas de exploração do trabalho e pela falta de esperança da classe trabalhadora em modificar seu escasso quinhão na distribuição da renda nacional, concentrada

em níveis inéditos nas mãos de ainda menos pessoas”, avalia a deputada.

Soma-se a isso, de acordo com a deputada, o temor pela incerteza quanto ao futuro do nosso planeta diante de eventos climáticos extremos. “A ‘crise do futuro’ provoca uma crise de esperança. Fica então a pergunta: como esse contexto de mudanças sociais nos provoca a pensar novos arranjos da esquerda brasileira para o futuro?”, indaga.

Para Dandara, uma prioridade deve ser a de olhar com mais atenção para o interior do Brasil, onde vivem 41% da população brasileira. “O modo de vida, as prioridades e os interesses dessa parte do País devem estar representados nos debates nacionais, garantindo, por exemplo, medidas distributivas para diminuir as desigualdades regionais”, cita.

Esperança

“A condição de possibilidade do progressista é a de existir esperança no futuro. Se quiser esperar o País, as esquerdas precisarão priorizar a capacidade de esperar a força do interior do Brasil. Ali, onde, ao mesmo tempo, em que está cravado o Brasil profundo, também está o Brasil emergente”, conclui.

Denise Pessôa conquista universidade federal e recursos para obras na Serra Gaúcha

A deputada **Denise Pessôa (PT-RS)** lidera a implantação de uma universidade federal na Serra Gaúcha. Sonho coletivo de mais de 40 anos, a instituição de ensino superior gratuito na região é um compromisso do Presidente Lula, que mais investiu em educação no Brasil. “O espírito empreendedor de Caxias do Sul impulsiona a inovação e consolida a cidade como um polo econômico relevante no País, reforçando a importância da universidade. Com a extensão da UFRGS no município, jovens serranos terão acesso à educação de qualidade gratuita”.

Denise Pessôa também articulou a liberação de R\$ 170 milhões do governo federal para a construção da pista e áreas externas do Aeroporto de Vila Oliva, além de R\$ 100 milhões para o terminal de passageiros. A articulação da deputada garantiu ainda assinatura do termo de adesão do Porto de Arroio do Sal à iniciativa privada, sendo que esse é o pontapé inicial para garantir o empreendimento. “São obras fundamentais para o desenvolvimento da região: o porto impacta a economia do Litoral Norte e da Serra Gaúcha, com geração de emprego e renda, se tornando uma alternativa logística, assim como o aeroporto”.

Hospital Geral

A parlamentar assegurou também 110 leitos no Hospital Geral, o aumento do Teto MAC do Hospital Pompéia e recursos para a maternidade Virvi Ramos, além de repasses para custeio de saúde de cidades da Serra. Garantiu ainda R\$ 129 milhões do governo federal, via PAC, para Caxias.

O mandato de Denise Pessôa, além de priorizar a pauta antirracista, tem compromisso com a justiça social. Sua atuação na Câmara dos Deputados tem sido determinante para que Caxias do Sul seja reconhecida no cenário nacional.



Dimas Gadelha propõe incentivo fiscal para contratação de cuidadores e mães atípicas



O deputado **Dimas Gadelha (PT-RJ)** apresentou uma iniciativa legislativa que visa promover a inclusão e o apoio às mães que enfrentam desafios únicos. O projeto de lei (PL 353/2024), propõe incentivo fiscal para empresas que contratarem cuidadores de pessoas com deficiência ou mães atípicas, com jornada de trabalho flexível.

Segundo o parlamentar, “o projeto tem como objetivo principal transformar políticas públicas em

instrumentos tangíveis de empatia e compreensão”.

Conforme Dimas Gadelha, “a legislação pode e deve ser utilizada para promover a inclusão social e criar oportunidades para grupos vulneráveis, especialmente no contexto da maternidade”.

Amor e cuidado

Além de parlamentar, Dimas Gadelha também é médico e acredita que a ideia deste projeto é provar a capacidade de demonstrar amor e cuidado por meio de ações concretas.

“Precisamos garantir o direito de trabalhar e de empregabilidade para mães atípicas. Temos compromisso com a diversidade e com a inclusão. Incentivar as empresas a adotarem medidas que apoiem mães em situações especiais é essencial para construir uma sociedade mais justa e solidária”, afirma o deputado Dimas Gadelha.

O projeto de lei já foi aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados e continua tramitando em outras comissões da Casa.

Welter: Muitas batalhas, vitórias e conquistas para o povo

Nesses dois anos de trabalhos na Câmara dos Deputados, o deputado **Elton Welter (PT-PR)** se destacou por sua atuação firme e propositiva pela garantia de direitos e conquistas para as trabalhadoras e trabalhadores. O parlamentar notabilizou-se como defensor da democracia e da dignidade humana em cada proposta de sua autoria apresentada (191), nas matérias relatadas (13), em discursos na tribuna (97) e nas mais de 453 votações nominais em que em todos os casos, sem exceção, votou honrando a classe trabalhadora do Paraná e de todo o País.

Welter reafirmou seu compromisso, conquistando - com valorosos companheiros - junto ao Presidente Lula, o Instituto Federal do Paraná para o município de Toledo. “Isso representa o compromisso do governo federal com a formação profissional da nossa juventude, proporcionando oportunidades de qualificação e inserção no mercado de trabalho, além de fortalecer a trajetória de sucesso dos Institutos Federais. A gente precisa garantir o acesso ao ensino de qualidade, tendo olhar especial aos alunos e aos profissionais da educação”, afirma.

Para o deputado Welter, Só faz sentido ocupar uma cadeira no Parlamento se for para melhorar a vida da nossa gente. “E isso passa, necessariamente,

pela educação”, completa.

Origem

Agricultor, Welter é oriundo de uma família criada no cabo da enxada. Foi na roça, com seus pais e irmãos, que aprendeu o valor do trabalho duro, do respeito, da vida em comunidade e da importância da produção de alimentos. Trouxe todos esses valores para a Câmara e segue defensor da agricultura familiar, “que é quem produz cerca de 70% da comida que vai para a mesa dos brasileiros. A gente só colhe o que plantar. Plantemos!”, diz o parlamentar.

Welter é o único membro titular do Paraná na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Elisangela Araújo atua em defesa dos direitos humanos, sociais e da agricultura familiar



A deputada **Elisangela Araújo (PT-BA)** celebra seus quatro primeiros meses na Câmara, apresentando um balanço positivo de suas ações e propostas, em comprometimento com a sociedade. Com uma trajetória voltada para a luta pelos direitos humanos e sociais, Ela se destaca como uma voz ativa no Parlamento, ao promover ações que visam à inclusão e ao fortalecimento da agricultura familiar, além de apoiar a luta das mulheres e o bem-estar social.

Desde sua posse, a deputada tem se dedicado

a pautas importantes. Elisangela apresentou uma indicação ao ministro da Casa Civil, Rui Costa, e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, sugerindo a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento da Agricultura Familiar (PAC da Agricultura Familiar). “Esse Programa busca garantir melhores condições aos agricultores familiares, fundamentais para a economia”, afirma.

Projetos

Elisangela também protocolou o PL 4025/2024, que visa incentivar empreendimentos femininos com o programa "Acredita no Primeiro Passo". Esta proposta reflete seu compromisso com a autonomia feminina e a valorização do empreendedorismo entre mulheres. Outro projeto importante é o PL 4137/2024, que propõe mudanças na CLT para garantir tratamento justo às mulheres que enfrentam condições de saúde como endometriose e mioma, assegurando suporte necessário em momentos de vulnerabilidade.

“Finalizo esses quatro meses com gratidão e renovando meu compromisso de lutar pelos direitos da agricultura familiar, das mulheres e por questões sociais que impactam toda a sociedade”, conclui.

Erika Kokay apoia luta dos trabalhadores e condena anistia para golpistas

2024 foi um ano de muita luta em defesa da democracia e dos direitos da população. O mandato da deputada **Erika Kokay (PT-DF)** se dedicou a abraçar demandas dos trabalhadores e trabalhadoras, na valorização do serviço público e dos terceirizados e terceirizadas. Também atuou na defesa da cultura, do direito à cidade e contra a ambição exacerbada da especulação imobiliária.

A parlamentar teve um papel de destaque no enfrentamento aos fundamentalistas, que queriam, com o PL 1904/2024, impor que mulheres - inclusive adolescentes e crianças - fossem obrigadas a levar uma gravidez fruto de um estupro adiante. “Estive também na luta contra a anistia aos golpistas que atentaram contra a democracia e a sede dos Poderes em 8 de janeiro de 2023”, lembra Kokay.

Educação

A partir da sanção do presidente Lula, o projeto de Erika Kokay que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos se tornou Lei em 2024. O texto garante a prioridade de atendimento domiciliar para crianças dessa faixa etária que necessitem de atendi-

mento educacional especializado e para bebês que tenham nascido com alguma condição de risco.

Já o Senado Federal aprovou projeto da parlamentar para garantir a proteção de jovens atletas contra o abuso sexual. Outras proposições importantes avançaram, como a jornada de 30 horas semanais para psicólogas e psicólogos, que foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação.

“Foi um ano de muito trabalho no Parlamento, ajudando o presidente Lula a reconstruir o Brasil, e de muita resistência para evitar retrocessos. Seguiremos na luta em 2025”, assegura Erika.



Mineiro e Lula: parceria para inovação e reconstrução do Brasil



Em 2024 o Governo Lula teve avanços importantes, decisivos na reconstrução do País. Para ajudar a viabilizar essas medidas, o deputado **Fernando Mineiro (PT-RN)** vem trabalhando junto ao governo federal, apoiando as iniciativas que ajudam a transformar a vida de milhares de famílias no Rio Grande do Norte.

O Minha Casa Minha Vida é uma das ações acompanhadas de perto pelo deputado, membro da comissão mista que analisou o retorno do programa.

“Apresentei contribuições para ampliação e melhoria do MCMV, como a inclusão de geradores de energia solar nas novas unidades. São quase 8,5 mil casas a serem construídas no RN, somando área urbana às linhas Rural e Entidades”, informa o deputado.

Outras vitórias reforçam a liderança do Brasil nas energias renováveis. Vice-presidente da Comissão de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde, o deputado contribuiu em políticas inovadoras como o Marco Legal de Hidrogênio Verde e a nova política de biocombustíveis.

Emendas

Neste ano, Fernando Mineiro destinou as primeiras emendas parlamentares reforçando compromissos do mandato no Rio Grande do Norte e fortalecendo o projeto que elegeu Lula presidente. Na saúde, destinou recursos para equipamentos e atendimentos de média e alta complexidade; fortaleceu a interiorização do turismo; viabilizou equipamentos e formação na agricultura familiar e economia solidária; capacitação para juventude negra; obras de infraestrutura nas cidades; equipamentos para segurança, educação, entre outros.

Flávio Nogueira é autor do novo marco regulatório das substâncias químicas

A atuação parlamentar do deputado **Flávio Nogueira (PT-PI)** revela seu compromisso com o trabalho. Ao longo de 2024, ele apresentou 93 propostas legislativas e foi relator de outras 15 matérias.

O parlamentar é autor do projeto que culminou em uma das mais importantes leis sancionadas no ano, a Lei 15.022/24, que cria novo marco regulatório para o controle das substâncias químicas produzidas e comercializadas no País.

Outras propostas de Flávio Nogueira avançaram no Congresso Nacional, entre elas, o PL 2762/19, que classifica o estágio curricular como experiência profissional; e o PL 2673/22, que estabelece a obrigatoriedade de acesso de todas as crianças com deficiência a brinquedotecas. “Como relator, trabalhei com dedicação na aprovação da Lei Geral das Atividades Especiais (Lei 14.946/24), novo marco legal do setor”, diz. O parlamentar ainda esteve à frente de importantes discussões no Parlamento, ao presidir os atos solenes pelo Dia Mundial de Combate à Asma e pelo Dia Mundial de Combate ao Tabaco.

Novos desafios

Flávio Nogueira assumiu novos desafios em 2024, ao presidir a Frente Parlamentar ESG na Prática, que defende o meio ambiente, a responsabilidade social e boas práticas de governança.

Ainda assumiu a vice-presidência da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos e, como representante do colegiado, realizou duas missões internacionais: uma em junho, para a Coreia do Sul; a outra em novembro, quando visitou portos e centros de logística no Mar Mediterrâneo, percorrendo o litoral da Espanha, França, Itália e Tunísia.



A luta incansável de Florentino Neto pelo Hospital Universitário de Parnaíba



Em 2024, o deputado **Florentino Neto (PT-PI)** concentrou esforços para garantir a construção do Hospital Universitário de Parnaíba, um dos grandes desafios de seus mandatos.

Após muito diálogo junto ao governo federal, veio a boa notícia: a assinatura do edital de licitação para elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia, marcando o pontapé inicial dessa obra tão aguardada.

Florentino acredita que o hospital será essen-

cial para a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e para a população da região norte do Piauí. Segundo ele, a construção representa esperança e a promessa de uma estrutura moderna para atendimentos de média e alta complexidade, além de um centro de formação e especialização médica.

“A população da Planície Litorânea terá acesso a um atendimento qualificado, e os estudantes da área de saúde terão um local para aprimorar suas habilidades”, afirma.

Saúde

Comprometido com o impacto positivo que essa obra trará, o parlamentar destaca que não hesitará em buscar recursos para garantir a execução do projeto. Em conjunto com o reitor da UFDPAr, professor João Paulo, Florentino tem participado de reuniões nos ministérios da Saúde e Educação para defender o projeto, que beneficiará não apenas o curso de medicina, mas toda a área de saúde da universidade.

Florentino reafirma que sua luta só terminará quando o hospital estiver em funcionamento, atendendo a população e formando novos profissionais de saúde para o Piauí.

Gleisi apresenta projetos de segurança e proteção financeira e celebra conquistas no Paraná

Além de sua firme atuação contra a extrema direita, a deputada **Gleisi Hoffmann (PT-PR)** destacou-se em 2024 por iniciativas voltadas à segurança pública e à proteção do consumidor. Ela apresentou um projeto para proibir a instalação de clubes de tiro no País, permitindo-os apenas para atletas de nível olímpico e cancelando os registros de CACs (colecionadores, atiradores e caçadores).

Outro projeto visa proibir a publicidade de apostas, incluindo as chamadas “bets” online. Gleisi ressalta que o volume de publicidade induz os mais vulneráveis a riscos financeiros, gerando vícios e problemas familiares. “Nossa prioridade é assegurar a integridade e a saúde financeira dos brasileiros, promovendo um ambiente mais seguro e responsável”, argumenta.

Soberania

A defesa dos trabalhadores e da soberania nacional continua sendo uma prioridade para Gleisi, cuja atuação em 2024 foi marcada por uma vitória significativa: a reabertura da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná (Fafen). “Estive na linha de frente dessa luta ao lado dos sindicatos e trabalhado-



res da Fafen e, com o apoio de Lula, alcançamos essa conquista, que representa geração de empregos e desenvolvimento para o estado”, afirma.

Gleisi tem se empenhado para assegurar recursos e obras para o Paraná, que vai ser beneficiado com projetos do PAC, a criação de novos institutos federais e o fortalecimento das áreas da saúde e assistência social. “Seguimos lutando, ao lado de Lula, para que o País avance e para que políticas que realmente importam para os mais pobres e para o desenvolvimento nacional sejam fortalecidas e ampliadas.”

Tragédia de Mariana: assinado acordo de R\$ 170 bilhões nove anos após crime ambiental



Nove anos após o rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais foi assinado o acordo de repactuação de Mariana, o maior crime ambiental registrado no Brasil. O valor acordado entre as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton, o governo federal, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e os representantes das comunidades atingidas foi de R\$ 170 bilhões.

Durante todo o processo de negociação o deputado **Helder Salomão (PT-ES)** participou ativamente em defesa das vítimas. Ele reforçou sua

articulação na busca por uma indenização justa, em 2019, quando assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e da Igualdade Racial. O parlamentar deu continuidade à busca por justiça assumindo as relatorias das duas comissões externas instaladas na Casa para tratar dos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho.

Repactuação

Junto com o Movimento dos Atingidos por Barragens, o parlamentar participou de audiências públicas e diligências nos municípios atingidos na Bacia do Rio Doce.

Depois de um processo de escutas e análises documentais, apresentou dois relatórios que indicaram os princípios basilares e recomendações para que a repactuação garantisse reparação justa e integral de todos os direitos violados.

“A assinatura do acordo de repactuação trouxe avanços importantes que significam uma nova etapa na luta de atingidos e atingidas. No entanto, ainda está longe de ser uma reparação justa e integral para todos aqueles que sofrem as consequências do crime ambiental de Mariana (MG)”, declara o deputado Helder Salomão.

Ivoneide Caetano tem mandato pautado no fortalecimento da indústria para gerar emprego

A deputada **Ivoneide Caetano (PT-BA)**, segunda vice-presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara, tem dedicado esforços para contribuir com a reindustrialização do País, ao lado do Presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin, que é também ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Coordenadora regional do Nordeste da Frente Parlamentar da Química e presidente da subcomissão permanente de acompanhamento do Plano “Nova Indústria Brasil”, Ivoneide tem levado ao Congresso temas como a inserção de produtos químicos na lista de elevações transitórias, para aumentar a competitividade do setor e evitar a paralisação de fábricas; a criação do Programa de Estímulo à Indústria Química Verde Brasileira, com foco na sustentabilidade e o apoio a ações que elevem a competitividade do gás natural.

Empregabilidade feminina

Com o objetivo de facilitar a inserção de mulheres no mercado de trabalho, a deputada apresentou o projeto de lei (PL 492/2024), que estabelece o percentual mínimo de 50% de vigilantes mulheres con-

tratadas para órgãos públicos e de 1/3 para estabelecimentos financeiros.

Ivoneide frisa que o projeto foi construído por meio de diálogo com a categoria de vigilantes, que, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 87,6% dos trabalhadores da categoria são homens, e as mulheres representam somente 12,4%.

“Esse projeto surge de uma reivindicação da categoria para fortalecer políticas públicas que garantam a participação das mulheres em todos os setores da economia”, ressalta.



Jack Rocha: mandato marcado por lutas intensas pela democracia



A deputada **Jack Rocha (PT-ES)** afirma que o ano de 2024 foi “marcante no meu mandato, um período de lutas intensas pela democracia”. No Conselho de Ética, a parlamentar se dedicou em processos fundamentais que reafirmam a importância de defender a memória e a justiça e enfrentar a violência política de gênero. “Nosso trabalho foi voltado para enfrentar ameaças à integridade das instituições democráticas, preservando a confiança do povo nas es-

truturas que nos representam”, observa.

Como coordenadora da Bancada Feminina do PT, a deputada lidera ações concretas para ampliar a participação das mulheres na política e na economia.

“Destaco a instalação da Subcomissão sobre Mulheres na Indústria, Comércio e Serviços, que vem para abrir caminhos para o fortalecimento das trabalhadoras e empreendedoras em setores estratégicos. Essa pauta dialoga diretamente com o Espírito Santo, onde buscamos impulsionar políticas que ampliem as oportunidades para as mulheres capixabas”, explica Jack Rocha.

P20 Mulheres

No P20 Mulheres, ela participou de debates que reforçaram o papel das mulheres na reconstrução do Brasil. Essa troca de experiências e de visões foi essencial para aprimorar iniciativas locais e fortalecer o mandato em Brasília e no Espírito Santo.

E sob o Governo Lula, “seguimos reconstruindo o Brasil e trazendo resultados concretos tanto para o País quanto para o Espírito Santo, com investimentos que garantem justiça social, inclusão e desenvolvimento econômico”, conclui.

João Daniel: um mandato popular que não foge à luta

O deputado **João Daniel (PT-SE)** atua em favor da justiça social, proteção dos recursos naturais e a redução das desigualdades econômicas e sociais. Este ano, um dos assuntos que o deputado enfatizou em Brasília foi o Canal do Xingó, realizando audiência pública e reuniões com ministros

“O povo sertanejo sonha em ver o canal materializado, fornecendo o abastecimento de água e contribuindo com a economia sergipana”, afirma o parlamentar.

Na agenda ambiental, foi o único deputado sergipano bem avaliado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade. Ele destinou emenda parlamentar ao Ministério do Meio Ambiente, e apresentou o PL 3643/2024 para barrar as queimadas ilegais no Brasil. Também visitou instituições federais para discutir o fortalecimento de ações de pesquisa e assistência técnica na produção agroecológica com foco na agricultura familiar com a Embrapa; resolução de conflitos fundiários com o Incra; dívidas dos produtores das Casas de Farinha com o MDA; programas habitacionais para Sergipe com a Caixa; defendeu a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) pública e a volta da Petrobras ao seu estado.

Entre os projetos de lei apresentados: o PL 5499/2023, que institui a Política Nacional de Proteção às Pessoas Neurodivergentes; o PL 2700/2024, em defesa das cooperativas, que prevê redução na conta de energia; PL 3694/24 que impede o uso de recursos de benefícios sociais em jogos de azar; entre outros.

Palestina

Atuante na defesa do povo palestino, o deputado participou este ano de grandes iniciativas internacionais para discutir soluções de paz e denunciar o conflito entre Israel e Palestina.



Lei de autoria de Solla cria o Dia Nacional de Prevenção ao AVC



Somente em 2023, mais de 110 mil pessoas foram vítimas dessa doença silenciosa no Brasil, uma média de 12 por hora, segundo o Ministério da Saúde. Com base em projeto de autoria do deputado **Jorge Solla (PT-BA)**, foi criado o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC), instituído em junho passado a partir da aprovação da Lei 14.885/24, também elaborada pelo parlamentar.

Primeiro apresentado na Câmara ainda em

2015, o PL levou seis anos para a apreciação, até ser enviado em 2021 para o Senado, onde ficou por mais três anos, para, finalmente, no dia 11 de junho de 2024, ser sancionada a Lei 14.885/25. Para marcar a data, a ser celebrada anualmente em 29 de outubro, neste dia, foi realizada uma cerimônia no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Em seguida, a fachada do Congresso Nacional foi iluminada com projeções que alertavam sobre a necessidade de prevenir a doença.

Doença silenciosa

“A data busca estimular, com amparo na legislação, a pesquisa para prevenção e tratamento da doença, promover ações educativas e debates, principalmente sobre a identificação de fatores de risco, diagnósticos precoces e reabilitação de pacientes”, explica Solla.

O parlamentar salienta que o AVC age como uma doença silenciosa que precisa ser prevenida no âmbito da atenção primária em saúde. “Nesse sentido, os municípios são fundamentais, pois são quem ofertam o atendimento na ponta com os agentes e as unidades básicas”, frisa.

José Airton destaca os avanços na educação do Ceará

Em 2024, o deputado **José Airton (PT-CE)** tem se destacado como defensor da educação no Ceará, com o apoio do governo federal e do ministro Camilo Santana (Educação).

Entre as ações mais importantes deste ano está a oficialização do campus do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em Fortaleza, assinada pelo Presidente Lula em janeiro. “O ITA no Ceará é um marco, já que o estado representa cerca de 30% dos aprovados na instituição, contribuindo para a formação de profissionais altamente qualificados”, afirma.

Outro avanço significativo foi a criação do programa “Pé-de-Meia”, que oferece auxílio financeiro e poupança a estudantes de famílias de baixa renda, com o objetivo de combater a evasão escolar e ampliar as oportunidades educacionais.

Além disso, José Airton tem trabalhado pela conclusão de 275 obras escolares no Ceará, com investimentos de R\$ 300 milhões do governo federal.

Essas obras incluem 72 unidades de educação infantil, 59 escolas de ensino fundamental e 133 quadras esportivas.

Educação

O Ceará também será beneficiado com a ex-

pansão dos Institutos Federais, com a criação de seis novos campi do IFCE, em cidades como Fortaleza, Cascavel e Mauriti.

O estado ainda ganhará 78 novas unidades de educação infantil, por meio do Novo PAC Seleções, que visa ampliar o acesso à educação infantil no País.

“Essas ações refletem o nosso trabalho contínuo para garantir avanços significativos para a educação no Ceará”, diz José Airton.



Mandato Josias Gomes: “A cabeça pensa onde os pés pisam” (Frei Betto)



O deputado **Josias Gomes (PT-BA)** aproxima-se da conclusão do segundo ano de sua quinta legislatura na Câmara, com resultados expressivos nas missões que lhe foram atribuídas enquanto vice-líder do PT na Casa e parlamentar defensor dos interesses centrais do povo, da Bahia e do Brasil no Congresso Nacional.

A máxima do ativista social e escritor Frei Betto, “A cabeça pensa onde os pés pisam”, define bem a atuação do deputado Josias Gomes. Em 2024, o parlamentar percorreu toda a Bahia ouvindo as demandas do povo, do partido, de movimentos sociais,

entidades, lideranças municipais, prefeitos (as) e vereadores (as). O “Federal da Gente” possui relação com os governos Lula e Jerônimo, o que viabilizou, por meio de emendas e parcerias com os governos petistas, diversas ações que atendem à agricultura familiar, reforma agrária, obras de infraestrutura, saúde, educação, cultura, entre outras áreas de diversos municípios baianos.

Josias Gomes, como vice-líder do PT, tem atuado na sustentação do Governo Lula na construção de consensos na Câmara, para a aprovação de projetos essenciais ao desenvolvimento socioeconômico nacional. Sua experiência de cinco mandatos também contribui para a articulação política que sustenta o governo federal no Congresso.

Justiça social

O deputado destaca que cumpre seu papel de líder orgânico do partido nesses tempos em que a militância e setores progressistas reivindicam maior participação do PT e de lideranças junto às bases.

Seu mandato é comprometido com a justiça social, a soberania nacional e o fortalecimento da democracia em nosso País. “Seguimos obstinados em reconstruir o Brasil e melhorar a vida dos brasileiros e brasileiras”, garante.

Juliana Cardoso enfatiza trabalho voltado aos direitos das mulheres e indígenas

A deputada **Juliana Cardoso (PT-SP)** atuou em várias temáticas, mas teve como principais focos a criação de importantes políticas públicas às mulheres, aos povos indígenas e aos idosos. Ela apresentou o PL 2599/2024, que institui serviço de convivência e fortalecimento de vínculos voltados aos idosos. Outro destaque foi a audiência pública sobre violência obstétrica, que servirá como base para a construção de uma proposta de Estatuto de Defesa dos Direitos das Gestantes.

Juliana trabalhou para aprovar a licença de três dias consecutivos mensais às mulheres com graves sintomas durante o fluxo menstrual (PL 1249/2022). É coautora do PL 3316/2024 que aumenta a pena de reclusão aos autores de incêndios florestais e autora do PL 3099/24, que estabelece protocolo indígena de resposta para situações de riscos e desastres ambientais em seus territórios. Também relatou o PL 3514/2019, que regulamenta a função dos Agentes Indígenas de Saúde e dos Agentes Indígenas de Saneamento.

Movimentos

“Além de ter um pé no Parlamento, nosso

mandato tem o outro pé caminhando com os movimentos sociais em bandeiras históricas nos territórios na cidade de São Paulo, principalmente os das periferias”, declara a deputada.

Contra o fechamento das Oficinas Culturais pelo governo de SP, a parlamentar apresentou indicações ao governo federal para o tombamento do acervo histórico e para o Ministério da Cultura assumir a gestão da Oficina Alfredo Volpi.



Kiko Celeguim diz que Novo PAC promove salto no desenvolvimento de SP



O Governo Lula garantirá avanço no desenvolvimento do estado de São Paulo com investimentos recordes em infraestrutura, saúde e educação. Com investimento de R\$ 179,6 bilhões para São Paulo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) marca um novo impulso para o desenvolvimento do estado e do País.

Para o deputado **Kiko Celeguim (PT-SP)**, o programa foca em áreas estratégicas para fortalecer a infraestrutura e melhorar a qualidade de vida da população mais vulnerável.

Em Brasília, o deputado Kiko Celeguim de-

sempenha papel essencial para assegurar que os recursos do PAC tragam avanços reais para os paulistas. Desde que assumiu a vice-presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Kiko acompanha a execução das ações do PAC, promovendo uma aplicação eficiente e transparente dos recursos.

“O PAC representa um investimento histórico para garantir que todos os brasileiros tenham acesso a uma vida mais digna e oportunidades reais de desenvolvimento”, destaca o parlamentar.

Recursos

O programa emprega recursos em projetos de urbanização de favelas, abastecimento de água, esgotamento sanitário e mobilidade urbana. Já na saúde, investe em unidades básicas de saúde, policlínicas e maternidades. Na educação, prevê novas creches, escolas em ensino de tempo integral e acesso a transporte escolar, além da retomada do Minha Casa Minha Vida, programa revolucionário na área da habitação.

Os investimentos do Governo Lula, somados ao esforço e trabalho do mandato, sobretudo nas regiões mais pobres do estado, “são uma oportunidade para transformar São Paulo em um estado mais próspero e justo, garantindo dignidade e qualidade de vida aos paulistas”, conclui.

Leonardo Monteiro trabalhou pelo desenvolvimento regional do Vale do Rio Doce

A atuação do deputado **Leonardo Monteiro (PT-MG)**, em 2024, foi voltada para a viabilização de recursos em ações estruturantes do governo federal para a região do Vale do Rio Doce. Ao todo, o leste de Minas deve receber – com trabalho do deputado – mais de R\$ 1 bilhão em investimentos nas áreas de infraestrutura e educação pública superior.

O parlamentar também atuou para viabilizar R\$ 132 bilhões para recuperação ambiental, econômica e social de toda a Bacia do Vale do Rio Doce, garantido pelo acordo de repactuação dos crimes cometidos pela mineradora Samarco (Vale e BHP Billiton), em Mariana.

“2024 foi um ano de muito resultado positivo e de trabalho para geração de mais emprego e renda para os Vales de Minas Gerais”, comemora Monteiro.

No fortalecimento da infraestrutura da região, destacam-se as obras dos aeroportos de Governador Valadares e a duplicação e melhorias na BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares. E também teve forte atuação na área da educação superior.

Barragem de Mariana

A atuação do deputado foi determinante para o desfecho da repactuação do crime cometido pelas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, no rompimento da barragem de Mariana. Após uma longa negociação, o valor para reparar os prejuízos ambientais e socioeconômicos gerados pela tragédia vão chegar a R\$ 132 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões em novos recursos.



Lindbergh defende o equilíbrio fiscal sem jogar o ajuste sobre os mais pobres



O ano de 2024 foi o ano para consolidar as transformações que o Governo Lula produz no Brasil. O deputado **Lindbergh Farias (PT-RJ)** seguiu com sua atuação parlamentar pautada nos temas econômicos e em defesa da democracia.

O parlamentar é um dos principais nomes de oposição à gestão de Roberto Campos Neto à frente do Banco Central e da sua política de sabotagem ao País e à economia, com uma das taxas de juros reais mais altas do mundo.

“Mantivemos nossa ofensiva contra os juros altos. Conseguimos forçar uma trajetória de queda da

taxa Selic até meados deste ano. Após o Governo Lula sinalizar revisão da meta de déficit zero para 2025, Campos Neto retomou uma política de aumento injustificado da taxa de juros”, diz o deputado.

Taxação dos super-ricos

Lindbergh segue na luta a favor da taxação dos super-ricos e de uma política de justiça tributária no País. “Não dá para o Brasil não taxar a riqueza, lucros e dividendos. Os trabalhadores e a classe média pagam 27% de imposto de renda e os muito ricos não pagam nada?”, questiona.

O parlamentar destaca os números positivos da economia com o Governo Lula. “Retomamos a política de valorização do salário mínimo, controlamos a inflação, fizemos o PIB crescer acima das expectativas do mercado. A renda média dos trabalhadores cresceu e dos 5% mais pobres aumentou em torno de 38%”, lembra.

Lindbergh, que será o líder da Bancada do PT, em 2025, ressalta que a grande luta do próximo período é promover o equilíbrio das contas públicas, sem jogar o ajuste fiscal apenas em cima dos mais pobres. “Se é para ter cortes que todos paguem a conta”, conclui o deputado.

Mandato de Luiz Couto é voltado aos direitos humanos, cidadania e democracia

No segundo ano da 57ª Legislatura da Câmara, o deputado **Luiz Couto (PT-PB)** continua sua atuação voltada aos direitos humanos, saúde, educação, segurança pública, cultura, pequenos agricultores e comunidades quilombolas. Ele apresentou 175 propostas legislativas, relatou 17 projetos, fez 48 pronunciamentos e participou de 193 votações.

Luiz Couto é titular das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos, além de suplente na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, onde se destaca por sua dedicação à justiça social e combate à corrupção, violência e desigualdades.

Entre suas ações em 2024, apresentou o projeto de lei (PL 2527/2024), que cria o programa “Pontos de Vida Ativa” para a saúde e lazer das pessoas idosas. “Em nosso seminário ‘Envelhecer com Dignidade’, defendemos políticas públicas para a qualidade de vida das pessoas idosas”, lembra Luiz Couto.

Recursos

No primeiro semestre, visitou 150 municípios na Paraíba, destinando R\$ 59 milhões em emendas para educação, saúde, cultura e agricultura familiar.

Na área da educação, Luiz Couto enviou R\$ 5,9 milhões para universidades, incluindo R\$ 2 milhões ao IFPB. Na saúde, foram R\$ 12,4 milhões para 95 municípios e R\$ 5,1 milhões para hospitais como Napoleão Laureano.

O deputado também destinou R\$ 4 milhões ao Inbra para regularização fundiária e apoio à agricultura familiar. Com emendas de bancada, Couto somou R\$ 21,1 milhões em recursos para agricultura e assistência Social, R\$ 6 milhões para o IFPB e R\$ 800 mil para unidades de saúde.



Luizianne propõe salas de atendimento para pessoas com TEA em universidades



A deputada **Luizianne Lins (PT-CE)** apresentou, em 2024, em autoria e coautoria, 41 propostas legislativas. Destaque para o PL 3098/2024, que cria salas de acolhimento sensorial para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas Instituições de Ensino Superior. O projeto aguarda parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Luizianne assinala que o número de diagnósticos de TEA cresce a cada dia, mas o número de estudantes atendidos/as pelas políticas de acessibilidade nas IES não reflete a realidade. Por isso, é fundamen-

tal estabelecer ações que promovam a construção de vínculos como a busca ativa de estudantes com TEA entre outras ações. “A inclusão é fundamental para promover a igualdade de direitos e oportunidades. A construção de espaços que proporcionam um ambiente seguro, inabalável e confortável nas instituições é uma dessas ações”, afirma.

Outros projetos de sua autoria são o PL 638/2019, que inclui a economia do cuidado – trabalho não remunerado – no sistema de cálculo do PIB. “Quando aprovada, a lei vai tirar milhões de pessoas, em especial mulheres, da invisibilidade”, afirma. Ela acrescenta que a Política Nacional de Cuidados foi instituída como prioridade do governo federal.

Merenda escolar

No Senado, avançou o PL 2205/2022, sobre a melhoria na qualidade da merenda escolar. Os alimentos adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar devem ser entregues pelos fornecedores com prazo de validade superior à metade do período entre suas datas de fabricação e de validade.

O PL Dandara (7292/2017) voltou a entrar na pauta da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. O projeto qualifica como hediondo o crime de LGBTcídio.

Deputado Marcon: um pé na luta e outro no Parlamento

Neste ano, o Rio Grande do Sul enfrentou sua maior tragédia climática. As chuvas de maio destruíram cidades e afetaram milhares de gaúchos. O deputado **Marcon (PT-RS)** trabalhou desde o primeiro momento, junto com o Presidente Lula e todo o governo. Mais de R\$ 100 bilhões já foram investidos na reconstrução do RS. “Programas foram criados como o Auxílio Reconstrução e outros já existentes foram antecipados para garantir que nosso povo tivesse condições de se reerguer”, afirma o parlamentar, que coordena a Bancada Gaúcha no Congresso.

É autor do PL 3117/24, que garante condições mínimas para que micro, pequenos e médios empresários, produtores rurais e agricultores familiares afetados pela tragédia possam continuar suas atividades.

Bancada Gaúcha

Em 2024, Marcon cumpriu a função de coordenar a Bancada Gaúcha, com seus 31 deputados e 3 senadores. Com o lema “O Povo Gaúcho no Congresso Nacional”, o principal foco da sua atuação foi de aproximar as ações da Bancada à população do RS.

Diante da catástrofe climática que atingiu o es-

tado, a Bancada trabalhou com os governos federal e estadual para agilizar a liberação dos recursos e para ações rápidas de socorro ao povo gaúcho. “Foram mais de 40 indicações feitas, como a suspensão dos vencimentos das parcelas do FIES, do Minha Casa, Minha Vida, do Pronampe e a antecipação da restituição do IRPF para o povo gaúcho”, destaca Marcon.

Em novembro, a Bancada Gaúcha reuniu mais de 80 entidades na Assembleia Legislativa do RS para acolher as demandas para o orçamento de 2025.



Mandato de Merlong Solano reforça a saúde e a agricultura familiar no Piauí



A saúde e a agricultura familiar do Piauí estão sendo beneficiadas com recursos de emendas parlamentares do deputado **Merlong Solano (PT-PI)**. O petista elegeu os dois setores como prioritários em seu mandato e, desde 2020, quando assumiu pela primeira vez o cargo de deputado federal, destinou mais de R\$ 116 milhões para a saúde pública e cerca de R\$ 30 milhões para a agricultura familiar no estado.

Com os valores, a saúde do Piauí ganhou modernos equipamentos, como um aparelho de hemodinâmica para o Hospital Getúlio Vargas e um mamógrafo digital para o Hospital São Marcos. As emendas

também garantiram a compra de mais de 40 ambulâncias e investimentos para a saúde básica de cerca de 100 municípios.

A saúde é nossa prioridade. Maior parte de nossas emendas tem sido para a área e fico feliz em participar dos avanços da saúde no Piauí. São recursos que estão sendo bem aplicados, ajudando a equipar, modernizar e ampliar a estrutura dos nossos hospitais e melhorando a qualidade do atendimento aos piauienses que dependem do SUS”, destaca o deputado piauiense.

Aquisição de alimentos

Merlong defende a modernização do trabalho do homem do campo, e tem destinado tratores com implementos agrícolas, kits de irrigação, recursos para a perfuração de poços e assistência técnica para os agricultores e agricultoras familiares.

“Estamos fortalecendo o Programa de Aquisição de Alimentos, da nossa Conab, que compra a produção do pequeno agricultor e distribui para instituições de assistência social, ajudando a reduzir a insegurança alimentar no Piauí e no Brasil. A agricultura familiar gera empregos, renda e fortalece a nossa economia, por isso conta com o meu apoio incondicional”, reitera Merlong.

Apoios aos municípios e “Fé e Política” são as prioridades para Miguel Ângelo

O deputado **Miguel Ângelo (PT-MG)**, em 2024, trabalhou no acompanhamento dos municípios e no apoio a prefeituras, mandatos de vereadores, instituições e organizações sociais.

O parlamentar visitou dezenas de cidades, nos últimos meses, e seu mandato contribuiu com apoio político, jurídico e de comunicação para diversos projetos coletivos.

Miguel Ângelo lançou, ainda, publicações de formação para auxiliar na mobilização e organização nas cidades.

Fé e Política

Outra prioridade do mandato de Miguel Ângelo foi contribuir para a organização do 12º Encontro Nacional de Fé e Política, que em 2024 aconteceu em Belo Horizonte, de 5 a 7 de abril, com o tema “Espiritualidade libertadora: encantar a política com arte, cultura e democracia”.

O evento reuniu mais de 1.700 pessoas de todo o País, entre militantes, lideranças comunitárias, de movimentos sociais e de diversas denominações reli-

giosas, além de vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais.

“O sucesso do encontro foi prova de que fé e política podem e devem caminhar juntas, impulsionando uma ação transformadora em nossa sociedade. Foi um momento de trocas entre pessoas que acreditam que é possível construir um mundo mais justo e inclusivo, no qual o cuidado com a Casa Comum seja a grande prioridade”, afirma Miguel Ângelo.



Natália apresenta propostas que asseguram direitos à classe trabalhadora



A deputada **Natália Bonavides (PT-RN)** – que concorreu à Prefeitura de Natal – dedicou a sua atuação parlamentar nesse ano também para apresentação de propostas que visam garantir mais direitos à classe trabalhadora. Ela protocolou uma série de projetos a fim de avançar nas políticas públicas de trabalho, saúde, autonomia e dignidade às mulheres, como o da criação de cota para ampliar a participação das artistas na programação de eventos musicais, bem como projeto de lei para que o SUS assegure às

mulheres em tratamento de câncer a reconstrução da aréola mamária por meio da micropigmentação.

Conforme a deputada, seu mandato também se dedicou às especificidades das mulheres mães, como o projeto para que o nome dado à criança no registro do nascimento seja o autorizado pela genitora. Em relação a concursos públicos, Natália Bonavides propôs que candidatas em situação de gestação tenham o direito de participar de 2ª chamada avaliativa.

Da mesma forma, “apresentamos projetos para prever que as vagas em creche ou escola pública para crianças possam estar em estabelecimento mais próximo da residência da criança ou local de trabalho da pessoa responsável por ela”, explica a deputada.

Direitos Humanos

Natália Bonavides participa ativamente na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. “Conseguimos fazer com que o Supremo Tribunal Federal proibisse qualquer comemoração ao golpe militar de 1964. Junto com o Presidente Lula, estamos fortalecendo as lutas e construindo um país com mais igualdade de oportunidades às trabalhadoras e trabalhadores”, destaca a deputada potiguar.

Brasil avança na agenda ambiental e na redução do desmatamento, comemora Nilto Tatto

A pesar de os incêndios criminosos que atingiram o Brasil, o deputado **Nilto Tatto (PT-SP)** afirma que “temos boas notícias na agenda ambiental”. O Brasil teve uma redução de 30% no desmatamento em 2024. “O resultado é fruto dos esforços do presidente Lula e da ministra Marina Silva articulando as iniciativas para enfrentar a crise climática”, salienta.

Tatto diz que, na Câmara, seguiu a sua “luta por um País mais justo e sustentável”. Ele apresentou projetos e várias iniciativas de valorização da biodiversidade e em defesa dos animais. “Lutamos em defesa dos direitos dos povos tradicionais, dos trabalhadores rurais sem terra e do povo palestino, vítima dos crimes cometidos pelo governo de Israel”, enfatiza.

Meio ambiente

Na Comissão de Meio Ambiente e na Mistura de Mudanças Climáticas, Nilto Tatto coordenou a atuação da Bancada do PT na Câmara. O deputado participou de eventos como a Conferência de Solidariedade à Resistência Palestina, na Turquia, a Semana da Energia no Paraguai e a COP-29 no Azerbaijão, contribuindo na formulação e adoção de medidas de enfrentamento à crise climática e combate às desi-

gualdades durante a COP29.

Como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, Tatto diz que busca incidir no debate ambiental no Congresso e na sociedade. A Frente lançou uma cartilha de orientações para a comitiva brasileira na COP, a Plataforma Ambiental Eleitoral; além de divulgar os projetos prioritários para enfrentar a crise climática e aqueles que mais ameaçam o meio ambiente. “Nos levantamos também contra os projetos de construção da termoeletrica de Caçapava e o de privatização das praias”, cita.



Padre João defende agricultura sustentável e segurança alimentar



O deputado **Padre João (PT-MG)** termina 2024 com avanços na agricultura urbana e segurança alimentar. Conhecido por sua defesa ambiental, o parlamentar comemorou conquistas que incentivam a produção de alimentos em áreas urbanas, impedem a privatização da Ceasa Minas e promovem políticas de preservação hídrica.

Em julho, Padre João celebrou a sanção da Lei nº 14.935/2024, que institui a Política Nacional de

Agricultura Urbana e Periurbana. “A lei, sancionada pelo presidente Lula, incentiva a produção de alimentos em áreas urbanas, promovendo segurança alimentar e uso sustentável de espaços baldios”, comemora.

Outro destaque foi o cancelamento da privatização da Ceasa Minas. Em agosto, Lula assinou o Decreto nº 12.149, mantendo a Ceasa sob controle público. Padre João teve papel essencial na mobilização contra a privatização.

Solução para gestão hídrica, Padre João impulsionou o Programa Barraginhas, voltado para a recuperação hídrica em áreas rurais, protegendo recursos hídricos e beneficiando a agricultura familiar.

Padre João também propôs medidas para segurança alimentar e proteção ambiental, como a proibição de pesticidas prejudiciais. Atuou em comissões estratégicas de Saúde e Agricultura.

Palestina livre

Padre João, defensor da causa palestina, propôs embargos militares contra Israel e manifestou solidariedade ao povo palestino em reuniões com o Instituto Brasil-Palestina.

Patrus defende a democracia e denuncia retrocessos na legislação ambiental

2024 foi um ano de muitos desafios no País, e na Câmara Federal não foi diferente. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o deputado **Patrus Ananias (PT-MG)** foi voz ativa contra os ataques ao Estado Democrático de Direito e à democracia. Como coordenador da Bancada do PT no colegiado, Patrus travou uma luta contra os retrocessos encampados pela ala conservadora. “Eles querem o Golpe, mas o Golpe por dentro”, avalia o deputado, em uma de suas intervenções em que denunciava as manobras para alterar a legislação, retirar direitos e beneficiar os golpistas do 8 de janeiro.

Patrus denunciou os projetos para minar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), entre elas a PEC 28/2024, que autoriza o Congresso a revogar decisões do STF. Como pano de fundo dessa postura da direita está a defesa do PL da Anistia, que perdoa os crimes dos financiadores e participantes do 8 de janeiro, em detrimento de outros temas mais urgentes, como o auxílio às vítimas das enchentes no RS e os incêndios criminosos que se espalharam pelo Brasil. Ao mesmo tempo que apregoa anistia aos golpistas, a direita impõe uma pauta de criminalização dos movimentos sociais.

Meio ambiente

Sem deixar de lado as bandeiras do mandato (soberania nacional e educação) Patrus atuou contra as tentativas de mudanças na legislação ambiental para favorecer o agronegócio. Ele é relator do PL 10457/18, que aumenta a pena para crimes ambientais.

O deputado trabalhou ainda pela retomada do PLP 235/2019, que institui o Sistema Nacional de Educação, um passo importante para a estruturação de uma educação pública de qualidade, da educação infantil ao ensino superior.



Paulão destina recursos de emendas para melhorar a qualidade de vida em Alagoas



Em Alagoas, **Paulão (PT)** é o deputado que mais investiu recursos na educação. A defesa de uma educação pública de qualidade é uma das prioridades do seu mandato.

Na agricultura familiar, o apoio foi igualmente significativo. “Destinei kits agrícolas aos movimentos agrários, e recursos para aquisição de equipamentos e maquinários que melhoram as condições de trabalho e a qualidade de vida dos pequenos agricultores de Alagoas”, informa Paulão.

Na saúde, o deputado alocou recursos à aqui-

sição de equipamentos para o Hospital Universitário, incluindo um criostato e um aparelho de raio-X móvel, entre outros. Paulão também direcionou emendas a diversos municípios do estado para a compra de equipamentos e custeio de serviços, ampliando e melhorando o atendimento aos pacientes do SUS.

Cultura

O deputado trabalha para preservar e promover a cultura de Alagoas, destinando emendas para eventos. “Essas iniciativas não só fortalecem as tradições locais, como também oferecem visibilidade aos artistas e atraem público de toda a região, além de promover a inclusão e transformação social por meio da cultura em nosso estado”, ressalta Paulão.

O compromisso do parlamentar também se estende à defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+, das mulheres e das pessoas com deficiência. Por meio de emendas e recursos, Paulão apoia associações que trabalham pela garantia desses direitos. Assim como auxilia associações que realizam um trabalho de inclusão social a partir da educação, esporte, cultura e lazer. “Reforço, sempre, meu compromisso com uma sociedade mais justa e inclusiva”, conclui.

Mandato de Paulo Guedes debate pauta econômica e de infraestrutura

O ano de 2024 foi marcado por discussões importantes para a população brasileira. Titular de duas comissões e suplente em outras duas, o deputado **Paulo Guedes (PT-MG)** participou desses momentos cruciais para a sociedade. Na Comissão de Finanças e Tributação, o parlamentar requereu a participação dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para prestar informações sobre as decisões tomadas pelos órgãos em relação à economia brasileira.

Paulo Guedes relatou diversas propostas, sendo as de maior destaque a aprovação do PL 82/2024, que acaba com a fila para ingressar no Programa Bolsa Família; e o relatório orientando para manter a isenção da taxa de importação até U\$ 50 e a progressão da tabela com uma tarifa mais baixa, diferente do que é cobrado hoje. Apesar de não ter sido aprovado no plenário, o relatório do deputado Paulo Guedes estabelece um precedente para que a pauta seja discutida no futuro.

Infraestrutura

Uma das principais bandeiras do deputa-

do Paulo Guedes é a de infraestrutura da sua região. Desde a legislatura anterior, “tenho cobrado respostas para a falta de pavimentação na BR-135 e necessidade de manutenção das BR-351 e BR-367. Mas com o terceiro mandato do Lula, os esforços para que os investimentos cheguem na região norte de Minas Gerais têm dado resultado”, reconhece o deputado.

Ele cita como exemplo o anúncio da construção da barragem de Jequitaiá, a reforma do aeroporto de Montes Claros e a pavimentação de estradas.



Pedro Tourinho garante a voz da região de Campinas na Câmara Federal



O deputado **Pedro Tourinho (PT-SP)** atuou na Câmara dos Deputados do dia 8 de julho ao dia 2 de novembro. Durante esse período, participou de votações importantes, como a regulamentação da Reforma Tributária, e apresentou proposições para Campinas, segunda cidade mais importante do estado de São Paulo. “Durante os quatro meses de mandato, trabalhei muito pelo povo e pela reconstrução do Brasil, ao lado dos colegas de bancada e dos ministérios.

O nosso mandato trouxe a Brasília a voz dos moradores do interior do estado de SP”, afirma Tourinho.

A Região Metropolitana de Campinas concentra polos de produção científica, como a Unicamp, o Polo II de Alta Tecnologia (acelerador de partículas) e a PUC-Campinas. O mandato enviou ofício ao Ministério das Mulheres solicitando a instalação de uma Casa da Mulher Brasileira, medida que foi acatada pelo governo federal e está em fase de negociação com a Prefeitura de Campinas. Também articulou com o Ministério da Educação a instalação de uma reitoria e de um novo campus do Instituto Federal na cidade.

Meio ambiente

Propôs o PL 4115/2024 que pretende isentar o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas que doaram para a preservação do meio ambiente e de contenção de catástrofes naturais. Apresentou o PL 3492/2024 que implementa assistência gratuita para preservação de bens culturais para cidadãos vulneráveis economicamente. Também encaminhou ao Governo de São Paulo recomendação contrária à venda da Fazenda Santa Elisa, do Instituto Agrônomo de Campinas, em face da sua relevância internacional para a pesquisa cafeeira e impacto cultural ao Brasil.

Uczai promove a democratização das emendas parlamentares através da participação popular em SC

O deputado **Pedro Uczai (PT-SC)** inovou em Santa Catarina com o lançamento do Edital de Emendas do Orçamento Participativo, para tornar o processo de distribuição de emendas mais participativo. A ação dividiu o estado em 12 territórios, com cada um recebendo no mínimo R\$ 2 milhões. Outros R\$ 10 milhões foram destinados a projetos estaduais, escolhidos em assembleias regionais e votação virtual, totalizando mais de R\$ 36 milhões para o estado.

Uczai, que foi relator do Programa Pé-de-Meia, que beneficia mais de 5,7 milhões de jovens brasileiros, destacou que as propostas deveriam estar alinhadas com as políticas públicas do governo federal, como saúde, educação, transição energética e agroflorestais, promovendo o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida aos catarinenses. O processo inovador exigiu 100 assinaturas locais para validar cada proposta, que foram discutidas e escolhidas em assembleias presenciais. O Conselho Superior, composto por representantes de cada território, garantiu transparência na seleção das propostas.

Foram realizadas Assembleias Territoriais

com participação popular, além de mais de 30 mil votos na etapa virtual. No total, 262 projetos foram apresentados e 122 aprovados.

Participação

“Este novo modelo, que une transparência e participação, aponta o caminho para um futuro político mais democrático e inclusivo. Nosso sonho é que todos os deputados sigam este exemplo. Dessa forma, construiremos um país mais justo, onde parte do orçamento realmente esteja nas mãos de quem mais necessita e tem o direito de decidir: o povo brasileiro”.



Reginete Bispo: compromisso com a inclusão, a igualdade racial e o meio ambiente



O ano de 2024 consolidou a atuação da deputada **Reginete Bispo (PT-RS)** como uma liderança comprometida com a inclusão, igualdade racial e proteção socioambiental. Entre suas principais iniciativas legislativas, destaca-se a apresentação dos projetos de lei (PL 77/2024), que inscreve o poeta Oliveira Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, e o PL 1594/2024, que cria a Política Nacional

dos Deslocados Ambientais e Climáticos, garantindo direitos e proteção.

Outro marco foi a roposta de emenda à Constituição (PEC 27/2024), que propõe a inclusão do Capítulo IX da Constituição, instituindo o Fundo Nacional de Reparação Econômica e Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR), voltado à promoção de oportunidades e recursos históricos para brasileiros pretos e pardos.

Medidas para o Rio Grande do Sul

Como relatora, Reginete liderou grandes avanços, incluindo o PL 1564/2024, que prevê medidas emergenciais para os setores de turismo e cultura no Rio Grande do Sul, fortemente atingidos por desastres naturais. Além disso, relatou o projeto 5231/2020, que combate a discriminação por agentes públicos e privados, estabelecendo diretrizes para a capacitação em direitos humanos.

Sua atuação também se destacou na recuperação do estado gaúcho, ao promover políticas que equilibram a sustentabilidade e a justiça social. Em 2024, Reginete reafirmou seu compromisso com um Brasil mais igualitário, inclusivo e solidário.

Atuação parlamentar em sintonia com projetos fundamentais para a economia brasileira

No último período, o movimento chamado de Vida Além do Trabalho, fez uma pressão sobre o Congresso para dar fim à escala de trabalho de seis dias trabalhados e um de descanso. Na Câmara, já tramita a PEC 221, apresentada pelo deputado **Reginaldo Lopes (PT-MG)**, em 2019. Na proposta, a jornada de trabalho teria duração normal não superior a oito horas diárias e 36 semanais, mudança a ser implementada gradualmente em dez anos. Há setores que terão jornada de 5x2, como comércio e serviços. Outros, como da indústria tecnológica, conseguirão chegar a 4x3.

A redução da jornada de trabalho dará um grande impulso econômico no País. “O trabalhador vai ficar mais tempo com a família, conviver com os filhos, cuidar da saúde, investir na formação, na qualificação profissional e na cultura”, aponta.

Jogatina online

O deputado apresentou projeto para regular o uso desenfreada de apostas online. O PL 3670/2024, que proíbe o uso tanto de cartão de crédito quanto do Bolsa Família em apostas. E o PL 3511/2024 proíbe a divulgação das empresas de apostas em todos os

meios de comunicação.

Em 2024, a Câmara aprovou dois projetos que modernizam o setor de seguros e dão mais segurança a quem usa esse serviço. Lopes construiu o consenso para a aprovação das matérias. Sobre o tema, foi aprovado o PL 2597, o qual teve a relatoria do deputado. Também foi aprovado o PL 519/2018, que regulamenta o funcionamento das cooperativas e associações de proteção patrimonial.



2024 de muitas conquistas! Foi um tempo de reconstruir o Brasil, junto com o Presidente Lula, diz Reimont



Desde a posse, em 2023, o deputado **Reimont (PT-RJ)** já apresentou 24 projetos de lei, que começam a avançar na Câmara. Em outubro, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o PL 2387/23, que inclui professoras e professores de Educação Infantil na carreira do magistério. O projeto de Reimont e da deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), segue para o Senado, de onde, sendo aprovado, irá para a sanção do Presidente Lula. “Falta

pouco para fazermos justiça aos milhares de profissionais - na maioria, mulheres -, que educam e cuidam das nossas crianças da creche a pré-escola”, afirma.

Dois outros projetos estão em trâmite adiantado, com pareceres favoráveis dos relatores. Na Comissão da Mulher, o PL 609/2024 isenta as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar de taxas de inscrição em processos seletivos da administração pública federal, facilitando a sua inserção no mercado de trabalho. Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, o PL 5621/2023 estabelece prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida para famílias com crianças e adolescentes e com pessoas com câncer.

Brasil voltou

“O Governo Lula herdou um Brasil destrocado. Em menos de dois anos, revertemos esse quadro. O Brasil voltou”, destaca Reimont. Para o deputado, em 2025 o Brasil vai avançar mais. “O nosso mandato está presente nesta luta, comprometido com os mais empobrecidos, a justiça socioambiental, a soberania popular e a paz mundial”, conclui Reimont.

Rogério Correia faz balanço e aponta avanços para trabalhadores e defesa da democracia

O deputado **Rogério Correia (PT-MG)** encerra 2024 com um balanço de desafios e conquistas para os trabalhadores e a democracia no Brasil. “Foi um ano desafiador, mas também promissor para quem defende os direitos dos trabalhadores”, afirma o parlamentar, que também foi candidato do PT à prefeitura de Belo Horizonte.

Correia destaca o papel de seu mandato na mediação de pautas importantes, como a defesa de carreiras do serviço público na mesa permanente de negociação com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI). “Fomos escolhidos por diversas categorias para representar suas demandas e fortalecer o Governo Lula”, diz.

No Congresso, o deputado celebrou o trabalho como relator em comissões que barraram ataques aos trabalhadores. Entre os exemplos, citou a rejeição do PL 3081/22, que visava desregulamentar profissões. “Nosso relatório foi fundamental para enterrar o projeto e proteger direitos já conquistados pelas carreiras”, destaca.

CPMI do Golpe

Correia participou de articulações internacionais contra a ultradireita, incluindo uma visita aos

Estados Unidos em maio, e ainda atuou para impedir a aprovação da 'PEC da Anistia' aos golpistas. O parlamentar também acompanhou os desdobramentos da CPMI do 8 de Janeiro, ao reforçar o compromisso com a estabilidade democrática.

Outro ponto importante foi a repactuação do acordo relacionado ao desastre da Samarco em Mariana, que prevê o pagamento de R\$ 130 bilhões. “A Comissão Externa que presido trabalhou ao longo do ano em relatórios e estudos para subsidiar a decisão, sempre ouvindo as populações atingidas”, afirma.



Logística e Infraestrutura são destaques na atuação do deputado Rubens Otoni



Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) e coordenador da Câmara Temática de Mobilidade Urbana, o deputado **Rubens Otoni (PT-GO)** apresenta um balanço positivo de suas ações, com foco em avanços no setor logístico e de infraestrutura.

O parlamentar tem se destacado neste segundo ano de mandato por sua atuação nas áreas de logística e infraestrutura, que ele considera essenciais para o crescimento do País.

Como vice-presidente da Frenlogi e coordena-

nador da Câmara Temática de Mobilidade Urbana, Otoni lidera discussões para modernizar os transportes e aumentar a competitividade nacional.

A Frenlogi busca soluções para os desafios da infraestrutura brasileira. Otoni tem defendido a segurança jurídica dos investimentos no setor e a desburocratização de processos, essenciais para garantir a continuidade de projetos de longo prazo.

A campanha "O Brasil do Futuro Investe em Logística e Infraestrutura" destaca a importância de modernizar a matriz logística, com foco em modais sustentáveis como o ferroviário e aquaviário, que ajudam a reduzir custos e impactos ambientais.

Novo PAC

Em 2024, o deputado Rubens Otoni obteve avanços significativos, com a aprovação de projetos que promovem a integração multimodal e a sustentabilidade no transporte.

“Outro marco importante também foi a inclusão do Novo PAC, que destinará R\$ 41,7 bilhões para investimentos em transporte, prevenção a desastres, esgoto, abastecimento de água e infraestrutura social nas cidades”, destaca Otoni.

Câmara aprova projeto de Rubens Jr. que põe fim ao orçamento secreto

Em novembro, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei complementar (PLP 175/24), de autoria do deputado **Rubens Pereira Jr. (PT-MA)**, que promove maior transparência e controle no uso das emendas parlamentares, encerrando o chamado "orçamento secreto". A proposta, fruto do diálogo entre os Três Poderes, estabelece novas regras para a tramitação e execução de emendas, garantindo mais transparência, eficiência e controle fiscal dos recursos públicos.

Rubens Jr. destacou que o texto cumpre os requisitos estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que incluem regulamentar a tramitação das emendas e garantir publicidade. “Atendemos o que o STF pede: estabilidade, transparência, não individualização de emendas de bancada e foco em obras estruturantes”, afirma o deputado.

A aprovação desse projeto reafirma o papel de Rubens Jr. como um dos principais líderes no Congresso Nacional. Em julho deste ano, ele foi incluído, pelo segundo ano consecutivo, na lista dos “Cabeças do Congresso” do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que reúne os 100 par-

lamentares mais influentes do País. O Diap classifica Rubens como um “debatedor”, perfil que representa aqueles com grande capacidade de repercutir temas políticos no plenário, na imprensa e nas redes sociais.

Como vice-líder do Governo Lula na Câmara, Rubens Jr. exerce papel crucial na articulação e defesa das pautas governamentais, contribuindo para a aprovação de políticas públicas que beneficiem a população. Sua habilidade em conduzir debates e negociar tem sido essencial para a aprovação de matérias importantes, fortalecendo sua influência e liderança no Congresso.



Rui Falcão, um trabalho com foco na justiça social e no desenvolvimento sustentável



Em 2024, o deputado **Rui Falcão (PT-SP)** teve uma atuação de grande relevância no Congresso, alinhada ao Governo Lula, com foco na justiça social e no desenvolvimento sustentável. Como membro titular da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, defendeu o aumento dos investimentos em inovação e conectividade, com ênfase na ampliação da infraestrutura tecnológica. Incentivou também parcerias entre universidades públicas e o setor privado para fortalecer a ciência no Brasil.

No campo dos direitos trabalhistas, foi uma voz ativa na defesa da valorização dos serviços públicos, educação e saúde, além de liderar a luta por melhores condições de trabalho, buscando assegurar a dignidade dos trabalhadores.

Ao longo do ano, Rui Falcão destinou recursos para dezenas de municípios de São Paulo por meio de emendas parlamentares, com foco em saúde, educação e infraestrutura. Na agenda ambiental, se posicionou firmemente contra o desmatamento e a exploração predatória, defendendo políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Alianças políticas do PT

Em julho, licenciou-se por 120 dias para coordenar a campanha de Guilherme Boulos, a pedido do presidente Lula, contribuindo para fortalecer as alianças políticas do PT. Sua atuação consolidou sua posição como um articulador essencial na base do Governo Lula.

“Foi um ano de muitos desafios. Estou convicto de que, juntos, estamos construindo um Brasil que garanta a recuperação da dignidade do povo brasileiro”, enfatiza o parlamentar.

Tadeu Veneri destaca trabalho em defesa dos trabalhadores e do Governo Lula

Em 2024, o deputado **Tadeu Veneri (PT-PR)** participou de quatro comissões permanentes da Câmara (Educação; Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; Segurança Pública; e Agricultura). Em suas atuações, o parlamentar abordou temas nacionais e do Paraná, em defesa dos projetos do Governo Lula. “Trabalhamos para fazer avançar propostas em defesa dos direitos dos trabalhadores”, diz o deputado. Destaque para PLP 143/20, que restaura as promoções e gratificações por tempo de serviço dos funcionários públicos suspensas durante a pandemia.

O projeto já recebeu parecer em todas as comissões e está pronto para ser votado em plenário. “A aprovação do PL é fundamental para compensar todas as categorias de servidores que tiveram a contagem do tempo suspensa durante este período”, argumenta.

Na votação dos projetos da Reforma Tributária, Veneri aprovou emenda excluindo as entidades de previdência complementar fechadas do texto final da cobrança de impostos sobre bens e serviços e o imposto seletivo (CBS e IBS).

Direitos indígenas

Tadeu Veneri foi o representante da Comis-

são de Direitos Humanos na comitiva que ouviu as comunidades indígenas ameaçadas na disputa pelo território em Terra Roxa e Guaira, no Paraná, e em Douradina, no Mato Grosso do Sul.

Na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, encaminhou as demandas do ensino superior. Em Pato Branco, realizou audiência pública para discutir a situação da Universidade Federal Tecnológica e, em Brasília, tratou da Universidade Federal da Fronteira Sul.



Lutas do povo negro conquistam feriados da Consciência Negra



Após oito anos de debates, a proposta que transformou o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, em feriado nacional foi sancionada pelo Presidente Lula.

“O ano de 2024 é simbólico para o Movimento Negro. O primeiro ano que celebramos um feriado nacional dedicado às lutas do povo negro do Brasil. Um dia dedicado a Zumbi dos Palmares, Dandara e toda nossa ancestralidade”, comemora o deputado

Valmir Assunção (PT-BA).

O parlamentar foi autor do projeto de lei (PL 296/2015), que tratava do feriado da Consciência Negra. “O dia 20 de novembro é dia de enfrentamento ao racismo. O feriado é o reconhecimento da contribuição do povo negro brasileiro à construção deste País”, completa o parlamentar baiano.

Reforma Agrária

Valmir Assunção protocolou o PL 1322/2024, que veda a concessão de qualquer crédito em bancos públicos, subsídio federal, benefício de renegociação de dívidas com o poder público, bem como a nomeação para ocupação de cargo público de provimento efetivo, de cargo em comissão ou de agente político a grileiro de terra.

“A ocupação ilegal das terras públicas dos estados e da União, além da expulsão de populações tradicionais, indígenas e quilombolas constitui crime perpetrado por latifundiários, e não por agricultores familiares, populações tradicionais e indígenas, que resistem bravamente” diz a justificativa da proposição de Valmir Assunção.

Trabalho de Vander garante forte presença do Governo Lula em Mato Grosso do Sul

Ao analisar o ano de 2024, o deputado **Vander Loubet (PT-MS)** comemora o resultado do seu trabalho em Brasília, que garantiu uma forte presença do Governo Lula em Mato Grosso do Sul.

“O retorno do presidente Lula em 2023 foi importante não só para a manutenção da nossa democracia, mas para a volta do municipalismo no governo federal. Os investimentos públicos nos municípios voltaram com força total, o que é fundamental, pois é nas cidades que os recursos precisam chegar para melhorar a vida das pessoas”, destaca o parlamentar pantaneiro.

PAC

Entre as ações do Governo Lula em MS anunciadas em 2024, Vander Loubet destaca os 26 projetos do governo do estado e das prefeituras aprovados em julho pelo Novo PAC Seleções – eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes – que somam R\$ 483,3 milhões para obras de saneamento básico, drenagem e mobilidade urbana.

Além dos investimentos, o deputado lembra que o Governo Lula também se fez presente em uma questão muito importante para Mato Grosso do Sul: o

entendimento para solucionar o conflito envolvendo a demarcação da Terra Indígena Nãnde Ru Marangatu, no município de Antônio João.

“Foi um dia especial para o povo Guarani-Kaiowá. Esse acordo costurado pelo Ministério dos Povos Indígenas - criado pelo Presidente Lula - colocou fim a um conflito que já se arrastava por 25 anos e abre espaço para que outros acordos sejam feitos em situações semelhantes. É um grande avanço nessa questão”, concluiu Vander.



Mandato focado na promoção da dignidade humana é prioridade de Vicentino



O ano de 2024 foi marcado por vitórias e pela consolidação de conquistas na Câmara. Com mandato focado na dignidade humana e em sintonia com o Governo Lula, que vem restaurando a autoestima do Brasil, o deputado **Vicentino (PT-SP)** atuou pelo fortalecimento da Bancada Negra da Câmara. Em seu primeiro ano de existência, a bancada consolidou-se como uma voz ativa na luta pela igualdade racial e emancipação do povo negro. “Pela primeira vez, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra foi reconhecido como feriado nacional”, destaca.

Em defesa dos aposentados e pensionistas Vicentino apresentou o PL 338/2024, que visa restabelecer o cálculo integral da pensão por morte no Regime Geral de Previdência Social. A proposta assegura que os dependentes recebam 100% do valor da aposentadoria do segurado falecido, revertendo mudanças prejudiciais da Reforma da Previdência.

Tolerância e Paz

Em agosto, Vicentino promoveu sessão solene em homenagem à Tolerância e à Paz, com parlamentares de mais de 12 países, além do presidente do Conselho Global pela Tolerância e Paz. Como representante brasileiro no Parlamento Internacional, Vicentino reforçou valores essenciais como respeito, harmonia e tolerância entre os povos.

Vicentino foi um dos articuladores da Frente Parlamentar Mista pela Redução da Jornada de Trabalho, retomando o debate do PT sobre o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. O deputado liderou a criação da Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores da Economia Informal. “Defendo melhores condições para milhões de brasileiros que vivem do trabalho informal”, finaliza.

Waldenor quer regular mercado automobilístico, ampliar a saúde e amparar orfandade

As montadoras e importadores de veículos novos terão que garantir aos compradores as condições para eventuais consertos de seus carros em oficinas independentes e não apenas na rede autorizada, segundo prevê o projeto de lei (PL 2893/2024), do deputado **Waldenor Pereira (PT-BA)**. “Os produtores não podem limitar a atividade remunerada do reparo a eles próprios ou à sua rede de lojas autorizadas”, defende o parlamentar. Ele propõe a instituição do chamado direito ao reparo (right to repair - na sigla em inglês) no mercado automobilístico brasileiro.

Dentre diversas propostas de sua autoria apresentadas neste ano, destaca-se o PL 2516/2024, que autoriza o Poder Executivo a criar o Hospital Universitário do Sudoeste Baiano, no município de Vitória da Conquista (BA). “A nossa ideia é criar condições de estudo, pesquisa e prática dos futuros profissionais de medicina e cursos afins, ampliando também a oferta do serviço de saúde neste município que é polo regional de saúde, atraindo pacientes de mais de 60 municípios do Sudoeste”, justifica o deputado.

Audiência pública

Waldenor também priorizou uma audiência

pública conjunta sobre “A Orfandade no Brasil”, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa e as comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; de Educação; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

O evento será realizado até o final de 2024 e atende às solicitações de organizações de sociedade civil que se mobilizam desde de 2021 pelo reconhecimento, visibilidade e direitos das crianças e adolescentes tornadas órfãs e órfãos e de suas famílias, em decorrência, principalmente, da Covid-19.



Quaquá trabalha em defesa dos trabalhadores; deputado foi eleito prefeito de Maricá



O deputado **Washington Quaquá (RJ)**, vice-presidente do PT, está deixando a Câmara para reassumir, em janeiro de 2025, a prefeitura de Maricá, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade é internacionalmente conhecida pelas políticas públicas inovadoras implementadas e consolidadas em quatro gestões consecutivas de prefeitos eleitos pelo PT. As duas primeiras foram de Quaquá.

Em seus dois anos de mandato na Câmara, Quaquá se dedicou à mesma missão que persegue

desde que entrou na política: criar emprego, renda e prosperidade para o povo trabalhador. Este foi o objetivo que o levou a dialogar muito com todas as forças políticas em Brasília e a articular investimentos do exterior em Maricá e no Rio de Janeiro. Dedicou-se também a ampliar a base de sustentação do Governo Lula, como na aprovação da Reforma Tributária.

Frentes parlamentares

Na Câmara dos Deputados, Washington Quaquá criou frentes parlamentares importantes em defesa da Tarifa Zero no transporte público, do samba e do carnaval brasileiro, das favelas e do desenvolvimento do Brasil, América Latina, Caribe e África. Como membro da Comissão de Relações Exteriores, Ele conquistou para o Rio de Janeiro a sede da Organização Mundial do Turismo.

Em Medellín, na Colômbia, onde esteve como convidado da Central Única das Favela, Quaquá conheceu a transformação que a paz e a cultura operaram em comunidades que antes eram ocupadas pelo crime, fomentando debates sobre a importância de apostar na inserção dessas populações nos projetos de desenvolvimento econômico.

Zé Neto: Mandato em prol dos trabalhadores, dos coletivos e empreendedores brasileiros

Interlocutor dos movimentos sociais, sindicais e associativos, dos trabalhadores urbanos e rurais e dos setores produtivos da Bahia e do Brasil, **Zé Neto (PT-BA)**, em seu segundo mandato federal, segue na luta pelas categorias que acompanha. Com proposições voltadas para áreas como, agricultura familiar, transporte, cultura, desenvolvimento econômico e social, e mais atenção à zona rural, “meu trabalho parlamentar dá continuidade a uma atuação em busca de dias melhores para o povo brasileiro, baiano e feirense”, afirma o deputado.

Autor de projetos de lei como o PL 5838/2019, sancionado pelo Presidente Lula, que reconhece o forró como manifestação da cultura nacional, o deputado Zé Neto se licenciou do mandato por quatro meses para se dedicar às eleições municipais de Feira de Santana (BA).

Frentes parlamentares

Zé Neto retornou ao mandato em novembro, reassumindo a presidência da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários e de Endemias, da Frente Parlamentar em Defesa do Despachante do Brasil e da Frente Parlamentar em Defesa dos Cartó-

rios do Brasil, bem como a vice-presidência da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

O deputado é membro da Frente Parlamentar dos Produtores de Leite; membro das Comissões de Indústria, Comércio e Serviços, de Finanças e Tributação, e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. É também um dos coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios.



“Não temos tempo e nem o direito de errar”, alerta Zeca Dirceu



O deputado **Zeca Dirceu (PT-PR)** emite o alerta: “Não temos tempo e nem o direito de errar”, sobre o recado extraído das urnas nas eleições municipais de 2024. Em rodada de encontros com suas bases de apoio por todas as regiões do Paraná no mês de novembro, o deputado disse aos militantes e dirigentes paranaenses que não é momento para desanimar e, sim, trabalhar para reverter um quadro adverso. “Dependendo de como o partido e o governo vão lidar com esse cenário, podemos revertê-lo a nosso favor desde já, com vistas a consolidar a reconstrução do País em 2026”, acrescenta.

ção do País em 2026”, acrescenta.

Zeca Dirceu apoiou este ano mais de 800 candidaturas para as câmaras municipais e prefeituras em quase 300 dos 399 municípios paranaenses. Elegeu perto de 160 apoiadores e já realizou reuniões presenciais e remotas com a grande maioria dos eleitos, de primeiro mandato e lideranças experientes, para reafirmar compromissos, apoiar suas propostas de desenvolvimento local e regional, bem como para atrair e ampliar o apoio ao Governo do Presidente Lula.

Contato com o povo

“2026 já começou e temos de ter um olho no peixe, outro no gato”, comenta Zeca. “A grande tarefa é intensificar o contato com o povo. Temos que ter humildade para ouvir o trabalhador e a trabalhadora, mas também ouvir os empreendedores, agricultores, empresários... Quem produz e gera riquezas e quem está passando alguma necessidade”, ressalta o parlamentar.

“Nossa comunicação só vai ter resultado se tiver gente, na ponta, disposta a repercutir.

O mundo mudou, a internet e as redes sociais se movem, com gente de carne e osso. Não existe mais comunicação feita dentro de um gabinete”, conclui.

PT na Câmara inaugura novo estúdio multimídia

A Bancada do PT na Câmara inaugurou um novo estúdio multimídia que já está à disposição dos parlamentares da sigla. Por iniciativa do líder, **Odair Cunha (MG)**, em articulação com a Executiva Nacional do PT e com a Secretaria Nacional de Comunicação, foi possível reestruturar e transformar o local em um estúdio de Podcast. “Entregamos, com o apoio da Direção Nacional do PT, um novo estúdio para os parlamentares usarem aqui na Câmara. É uma oportunidade de falarmos das ações da nossa bancada para todo o Brasil” afirmou Odair Cunha.

Integração

O projeto foi apresentado à presidenta do PT, deputada **Gleisi Hoffmann (PR)**, ao secretário de Comunicação do PT, deputado **Jilmar Tatto (SP)**, e à secretária de Finanças, Gleide Andrade, que aprovaram e garantiram a execução da obra. O espaço possibilitará uma integração maior da Comunicação do PT na Câmara com a TvPT, ampliando os espaços de diálogo e interação dos parlamentares com a militância partidária, com a base social e com os apoiadores dos mandatos em cada estado.

Investimentos

De acordo com a coordenadora de Comu-

nicação da Liderança do PT, Misiara Oliveira, neste último período, a comunicação da Bancada do PT na Câmara foi marcada por um conjunto de investimentos que possibilitaram a ampliação e qualificação da equipe, agregando profissionais com experiência em redes sociais, bem como na atualização de equipamentos e recursos tecnológicos, ampliando a qualidade técnica dos conteúdos produzidos.



Odair Cunha tem compromisso com Minas Gerais e a capacitação profissional dos mineiros

Além de o trabalho realizado frente à liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o deputado **Odair Cunha (MG)** segue lutando na Câmara dos Deputados pelo crescimento e desenvolvimento de Minas Gerais. Seja através de emendas parlamentares ou da elaboração, discussão e votação de projetos de lei.

Uma das missões do mandato do deputado Odair é a capacitação profissional através do programa Capacita Sul de Minas, realizado em parceria com o Instituto Federal do Sul de Minas - Ifsulde Minas. Já foram R\$ 6,1 milhões destinados e indicados pelo deputado para realização de 40 cursos de formação continuada e pós-graduação gratuitos, em diversas áreas, beneficiando cerca de 20 mil pessoas atendidas em 100 municípios em Minas Gerais.

O projeto foi tão bem recebido que deu frutos com o Capacita em Rede, que conta com apoio do Ministério da Educação, CNBB e Ifsulde Minas, que estão levando cursos para as 19 regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o objetivo de alcançar 19 mil pessoas em todo o País. “É uma alegria colaborar com projetos tão importantes quanto o Capacita e o Capacita em Rede em toda a região, que têm levado mais oportunidades de geração de emprego e renda para Minas e para o Brasil”, comentou Odair.

Renegociação da dívida de MG

Odair tem acompanhado de perto o processo

de renegociação da dívida de Minas Gerais com a União. “Essa é uma questão que foi ignorada pelo governador de MG, Romeu Zema, e que só está caminhando para sua resolução através dos esforços conjuntos do Governo Lula, de deputados estaduais e federais, e do presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco. Estamos trabalhando por uma proposta que solucione a dívida, mas que não precarize os serviços públicos e que não penalize os mineiros e as mineiras”, afirmou o deputado.

Pacheco é autor do PLP 121/24, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) para promover a revisão dos termos das dívidas dos MG e outros estados com a União.

PL Mar de Minas

O deputado Odair Cunha é autor do projeto de lei (PL 2130/24), o “PL Mar de Minas”, que visa instituir a região turística Mar de Minas, criando uma Área Especial de Interesse Turístico em toda a região banhada pelos lagos de Furnas e Peixoto. Através do projeto serão delimitadas cotas mínimas de 762 metros para Furnas e 663 metros para Peixoto.

“O projeto, além de valorizar e fomentar ainda mais o turismo regional, também garante que as cotas mínimas e o uso múltiplo das águas sejam respeitados e mantidos, beneficiando todos os municípios e empreendedores no entorno dos lagos de Furnas e Peixoto”, afirma Odair.



Da esquerda p/ direita: Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Marcelo Bregagnoli, Odair Cunha, presidente da CNBB, Dom Jaime Spengler, ministro Camilo Santana e o reitor do Ifsulde Minas, Cleber Barbosa



PT na Câmara